



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, DA
INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS
SUSTENTÁVEIS – SEDENS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - UFAC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR



Moema Silva Farias

**PERCEPÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NO MONITORAMENTO
DO PLANO DE MANEJO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO
MENDES, ACRE, BRASIL.**

Rio Branco - ACRE
Março de 2013

ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, DA INDÚSTRIA, DO
COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS – SEDENS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - UFAC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

Moema Silva Farias

**PERCEPÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NO MONITORAMENTO
DO PLANO DE MANEJO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO
MENDES, ACRE, BRASIL.**

Monografia apresentada como pré requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Florestal, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: PhD. Ecio Rodrigues

Rio Branco – ACRE
Março de 2013

Á Deus, aos meus Pais
e ao meu Marido
Dedico

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, criador de todas as coisas, pela vida.

Agradeço à minha família, meus pais Ernildo Farias de Lima e Ana Cristina da Silva Farias, meus irmãos Maísa Farias e Thiago Farias e ao meu marido Thiago Tadeu, pelo amor, carinho, compreensão.

Agradeço aos responsáveis e idealizadores da Residência Florestal do Estado do Acre, pela oportunidade da minha primeira experiência profissional.

Ao professor PhD. Ecio Rodrigues, que mais uma vez me orientou e me transmitiu todos os ensinamentos necessários.

A todos os professores da pós-graduação de Gestão Florestal da Universidade Federal do Paraná pelos ensinamentos repassados.

Aos professores do Curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Acre, que muito gentilmente, quando necessário me ajudaram a realizar os desafios da pós-graduação.

Aos colegas Residentes Florestais, pelos momentos de alegria, de desafios e pelo apoio.

Agradeço aos analistas ambientais do ICMBio Fernando, Fluvio, Anselmo, Melina, Íria, Dalmo e Roberta Leocádio, a Chefe da Reserva Extrativista Chico Mendes - Silvana Souza, ao motorista "Boca" e a todos os colaboradores do ICMBio que me ajudaram a realizar este trabalho.

Agradeço a comunidade da Reserva Extrativista Chico Mendes que me receberam com muita educação e que me propuseram uma reflexão mais profunda sobre a reserva.

Enfim, eu agradeço humildemente a todos que me ajudaram a realizar mais este sonho.

“No início pensei que estivesse lutando para salvar os seringueiros, depois pensei que estivesse lutando para salvar a floresta amazônica, agora percebo que estou lutando para salvar a humanidade”.

Chico Mendes.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo geral monitorar o Plano de Manejo da RESEX Chico Mendes, através da percepção dos atores envolvidos, orientando assim a gestão dos programas propostos e a gestão da Unidade de Conservação. A Reserva Extrativista Chico Mendes está localizada na região sudeste do Estado do Acre, com uma área aproximada de 970.570 ha (conforme decreto de criação), entre as seguintes coordenadas geográficas: 10° 06' 11" a 10° 58' 39" de latitude Sul e 67° 56' 13" a 69° 48' 00" de longitude Oeste. A Reserva abrange os municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Xapuri, Sena Madureira, Epitaciolândia e Rio Branco. O acesso à Reserva pode ser feito por via rodoviária pela BR-317 e por via fluvial, pelo Rio Xapuri e afluentes. O procedimento metodológico utilizado neste trabalho foi a realização de entrevistas com aplicação de formulários previamente elaborados para dois públicos distintos da pesquisa, sendo: Público 1 - representantes dos núcleos de base da área de jurisdição das Associações Concessionárias: AMOPRECARB, AMOPREAB, AMOPREBE, AMOPREX, AMOPRESEMA. Público 2 – conselheiros representantes de entidades membro do conselho deliberativo da RESEX. Foram entrevistados, no total, 23 dos 85 núcleos de base existentes, ou seja, 27% dos representantes diretos da comunidade. O Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes é composto por 29 membros, tendo sido entrevistado 12 conselheiros, ou seja, 41% do Conselho. Pode-se concluir que o Plano de Manejo da Resex Chico Mendes, de acordo com a Lei do SNUC, deve ser revisado com a ampla participação da comunidade residente na reserva de cinco em cinco anos e os programas e subprogramas incluídos no Plano de Manejo devem ser avaliados e atualizados de acordo com as necessidades da comunidade. Os pontos fracos na operacionalização do PM e na consequente gestão da Resex estão ligados a pouca participação da comunidade na realização dos programas propostos, na falta de execução das políticas públicas de incentivo à comunidade. Um dos pontos fortes na operacionalização do PM e na consequente gestão da Resex é a possibilidade da realização de uma avaliação da reserva como um todo. O PM é um documento consistente, contendo todas as informações sobre a reserva e a população que lá reside, devendo ser atualizado.

Palavras - chave: Reserva Extrativista Chico Mendes, Plano de Manejo.

ABSTRACT

This study aimed to monitor the Management Plan of Chico Mendes extractive reserve, through the perception of the actors involved, thus guiding the management of the proposed programs and management of the Conservation Unit. The Chico Mendes Extractive Reserve is located in the southeastern region of the state of Acre, with an approximate area of 970,570 ha (according to decree of creation) between the following geographical coordinates: 10 ° 06' 11 "to 10 ° 58' 39 "South latitude and 67 ° 56' 13" to 69 ° 48' 00 " west longitude. The Reserve covers the municipalities of Assis Brazil, Brasiléia, Capixaba, Xapuri, Sena Madureira, Rio Branco and Epitaciolândia. Access to Reservations can be made by road BR-317 and inland waterway, the River and tributaries Xapuri. The approach used in this study was to conduct interviews with application forms previously developed for two distinct audiences of research being: Public 1 - representatives of cores basis of jurisdiction Dealers Associations: AMOPRECARB, AMOPREAB, AMOPREBE, AMOPREX, AMOPRESEMA. Public 2 - councilors representing board member deliberative bodies RESEX. Were interviewed in total, 23 of the 85 cores existing base, ie 27% of the direct representatives of the community. The Board of the Chico Mendes Extractive Reserve is composed of 29 members, 12 directors were interviewed, ie 41% of the Council. It can be concluded that the Management Plan for the Chico Mendes Extractive Reserve, according to SNUC Law should be revised with the broad participation of the community residing in the reserve every five years and the programs and subprograms included in the Management Plan should be evaluated and updated according to the needs of the community. The weaknesses in the operation of the PM and the subsequent management of extractive reserves are linked to poor community participation in the implementation of the proposed programs, the lack of implementation of public policies to encourage community. One of the strengths in the operationalization of the PM and the subsequent management of extractive reserves is the possibility of carrying out an assessment of the reserve as a whole. The PM is a consistent document, containing all the information about the booking and the people who reside there, and must be updated.

Key words: Chico Mendes Extractive Reserve, Stewardship Plan.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	– Mapa de localização da Reserva Extrativista Chico Mendes, Acre.....	42
FIGURA 2	– Mapa da divisão geopolítica da Resex Chico Mendes, Acre.....	48
FIGURA 3	– Entrevistando o Sr. Magaiver coordenador do núcleo de base Vila Nova.....	53
FIGURA 4	– Ramal de acesso ao núcleo de base em Assis Brasil.....	53
FIGURA 5	– Entrevistando o Sr. José Fidelis coordenador do núcleo de base Barracãozinho em Assis Brasil.....	54
FIGURA 6	– Entrevistando a Sr ^a . Luiza, presidente da AMOPREBE, em Brasiléia.....	54
FIGURA 7	– Entrevistando o Sr. Severino “Seu Silva” coordenador do núcleo de base Wilson Pinheiro II em Brasiléia.....	54
FIGURA 8	– As péssimas condições dos ramais no município de Brasiléia.....	54
FIGURA 9	– Forte presença do gado no seringal Filipinas em Brasiléia.....	54
FIGURA 10	– Entrevistando o Sr. Jorge de Assis “Seu Jorge do Beijo” coordenador do núcleo de base Verde Floresta em Brasiléia.....	54
FIGURA 11	– Entrevistando o coordenador do núcleo de base Lua Nova, Sr. Antônio da Silva, em Xapuri.....	55
FIGURA 12	– Sr ^a . Maria Lucineide “Neide”, coordenadora do núcleo de base Triunfo. Entrevista realizada no hospital de Brasiléia.	55

FIGURA 13	– Sr. Adão José Rodrigues, secretário do núcleo de base Bom Sucesso em Brasília.....	55
FIGURA 14	– Sr. Edimar, coordenador do núcleo de base Boa Esperança em Brasília.....	55
FIGURA 15	– Mapa geopolítico da Resex Chico Mendes destacando os seringais onde os núcleos de base representados no trabalho estão localizados.....	56

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	– Relação dos núcleos de base a serem entrevistados para aferição do estágio de execução do PM na Resex Chico Mendes em 2012.....	49
TABELA 2	– Relação das instituições e conselheiros que compõem o Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes.....	51
TABELA 3	– Relação dos núcleos de base entrevistados para aferição do estágio de execução do PM na Resex Chico Mendes em 2012.	56
TABELA 4	– Relação dos representantes dos núcleos de base entrevistados para aferição do estágio de execução do PM na Resex Chico Mendes.....	57
TABELA 5	– Relação dos membros do conselho deliberativo entrevistados para aferição do estágio de execução do PM na Resex Chico Mendes.....	68

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	– Gráfico demonstrando a porcentagem de representantes dos núcleos de base entrevistados da Resex Chico Mendes que moravam na reserva na época da sua criação.....	58
GRÁFICO 2	– Porcentagem dos representantes dos núcleos de base entrevistados da Resex Chico Mendes que participaram ou não de reuniões para a criação da unidade.....	59
GRÁFICO 3	– Porcentagem dos representantes dos núcleos de base entrevistados da Resex Chico Mendes que participaram de treinamento e projetos relacionados a educação.....	60
GRÁFICO 4	– Porcentagem dos representantes dos núcleos de base entrevistados da Resex Chico Mendes que participam de projetos relacionados ao meio ambiente.....	61
GRÁFICO 5	– Porcentagem dos representantes dos núcleos de base entrevistados da Resex Chico Mendes que possuem Agente de Saúde na comunidade.....	61
GRÁFICO 6	– Porcentagem dos representantes dos núcleos de base entrevistados da Resex Chico Mendes que conhecem o Plano de Manejo da unidade.....	62
GRÁFICO 7	– Porcentagem dos representantes dos núcleos de base entrevistados da Resex Chico Mendes que conhecem o Plano de Utilização da unidade.....	63
GRÁFICO 8	– Porcentagem dos representantes dos núcleos de base entrevistados da Resex Chico Mendes que não sabem a diferença entre o Plano de Manejo e o Plano de Utilização da unidade.....	64
GRÁFICO 9	– Demonstração dos representantes dos núcleos de base entrevistados da Resex Chico Mendes que conhecem a função do Conselho Deliberativo da reserva.....	65

GRÁFICO 10	– Demonstração dos representantes dos núcleos de base entrevistados da Resex Chico Mendes que são a favor do Plano de Manejo da unidade.....	67
GRÁFICO 11	– Demonstração do público que os membros do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes entrevistados representam.....	69
GRÁFICO 12	– Demonstração dos membros do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes que participaram de reuniões para a criação da unidade.....	70
GRÁFICO 13	– Demonstração da satisfação do número de reuniões do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes.....	71
GRÁFICO 14	– Demonstração da opinião dos membros do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes quanto a execução das decisões.....	72
GRÁFICO 15	– Demonstração do percentual de membros do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes que participaram de reuniões para a criação do Plano de Manejo da unidade.....	73
GRÁFICO 16	– Demonstração da opinião dos membros do Conselho Deliberativo quanto ao Plano de Manejo da Resex Chico Mendes.....	73
GRÁFICO 17	– Demonstração dos membros do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes que são a favor do Plano de Manejo Madeireiro da unidade.....	74
GRÁFICO 18	– Demonstração dos membros do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes que participaram de reuniões para a criação do Plano de Utilização.....	75
GRÁFICO 19	– Demonstração da opinião dos Conselheiros entrevistados sobre o Plano de Utilização da Resex Chico Mendes.....	75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1 SOBRE AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL.....	16
2.2 RESERVA EXTRATIVISTA NA AMAZÔNIA.....	19
2.2.1 Contextualização Histórica.....	19
2.2.2 Reserva Extrativista no Acre.....	21
2.2.3 Aspectos Legais sobre as Reservas Extrativistas.....	25
2.3 PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES.....	26
2.3.1 Plano de Manejo.....	26
2.3.2 Plano de Utilização	28
2.3.3 Conselho Deliberativo.....	39
3 METODOLOGIA	42
3.1 REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS DIRETAS.....	45
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	53
4.1 NÚCLEOS DE BASE (PÚBLICO 1).....	58
4.2 CONSELHO DELIBERATIVO (PÚBLICO 2).....	67
5 CONCLUSÕES.....	77
REFERÊNCIAS.....	81

1 INTRODUÇÃO

O Estado do Acre desempenhou um papel relevante na história da região Amazônica durante a expansão da economia da borracha no fim do século XIX pelo potencial de riqueza natural dos rios acreanos e pela qualidade e produtividade dos seringais existentes em seu território. O Acre foi cenário do surgimento de organizações sociais e políticas inovadoras nas últimas décadas do século XX baseadas na defesa do valor econômico dos recursos naturais. (ACRE, 2006).

A partir de 1970 as populações tradicionais iniciaram um processo de resistência pelo direito de permanecer na terra, organizando-se através dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's). Posteriormente, em outubro de 1985, os seringueiros criaram o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) para representá-los nacionalmente. Concomitantemente, foi elaborada a proposta de Reservas Extrativistas, cuja finalidade seria resolver a questão fundiária de determinadas áreas da Amazônia e garantir aos trabalhadores extrativistas o direito de continuarem nas áreas por eles ocupadas historicamente. (COSTA, 2000).

O território das Reservas Extrativistas (RESEX's) constitui propriedade da União, através de um regime de concessão de uso da terra associado a regras de conservação e a mecanismos que asseguram o cumprimento de regras. Em suma, a ideia de RESEX consiste na combinação de um regime de propriedade assentado na atribuição de direitos de uso à coletividade tradicional, com um regime de gestão baseado na regulamentação dos direitos de uso através de planos de manejo e regulamentos de uso. (ALMEIDA, 1994).

O Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes foi elaborado de maneira a atender as exigências da Lei nº 9.985 - Lei do SNUC, de 18 de julho de 2000, bem como, servir como documento orientador e balizador na gestão da RESEX, subsidiando o antigo órgão gestor (IBAMA), as associações representativas das populações tradicionais, as demais instituições que compõem o Conselho Deliberativo da Unidade e a própria comunidade residente, no desenvolvimento de ações e programas que visem garantir a qualidade de vida, a valorização da cultura de sua população e o uso sustentável dos recursos florestais disponíveis na área.

Até o momento, o Plano de Manejo não foi revisado pelo atual órgão gestor da RESEX, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, que substituiu o IBAMA na gestão de Unidades de Conservação desde 2007, que é o atual responsável legal pela implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, SNUC, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação (UC's) instituídas pelo Governo Federal e a União.

Cabe ao ICMBio ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais.

Assim, este trabalho teve como objetivo geral monitorar o Plano de Manejo da RESEX Chico Mendes, através da percepção dos atores envolvidos, orientando a gestão dos programas propostos e a gestão da Unidade de Conservação, estando este, de acordo com alguns dos objetivos gerais do Plano de Manejo, que são: gerar diretrizes atualizadas para o gerenciamento e o manejo da UC, possibilitando que essa venha a atingir os objetivos para os quais foi criada e definir objetivos específicos de manejo que visem a facilitação do processo de ordenamento e gestão da Reserva.

Sendo assim, os objetivos específicos deste trabalho foram:

- a) Analisar as prescrições de gerenciamento contidas no Plano de Manejo, PM, da RESEX;
- b) Realizar levantamento acerca dos programas previstos no PM;
- c) Realizar, avaliação de execução dos programas previstos e a localização das ações executadas;
- d) Conceber metodologia para levantamento da satisfação dos moradores com o PM da RESEX;
- e) Realizar estudo de satisfação dos moradores com o PM da RESEX;
- f) Elaborar relatório para ser apresentado em reunião do Conselho Deliberativo, CD, da RESEX convocada para apreciação do PM;
- g) Identificar pontos fracos na operacionalização do PM e na consequente gestão da RESEX;

- h) Identificar pontos fortes na operacionalização do PM e na consequente gestão da RESEX;
- i) Propor alteração dos programas previstos no PM, tanto no que se refere às metas quanto às localidades onde serão implantadas as ações;
- j) Conceber metodologia de avaliação de andamento do PM pelo CD;
- k) Elaborar formulário para entrevista aos representantes das organizações que compõem o CD da RESEX para avaliação do andamento do PM;
- l) Elaborar relatório da avaliação de andamento do PM pelo CD;
- m) Apresentar o resultado dos estudos de satisfação junto ao CD.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 SOBRE AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

O Brasil é um dos países mais ricos do mundo em megadiversidade, concorrendo com a Indonésia pelo título de nação biologicamente mais rica do planeta. Privilegiado como é, todavia, raramente atrai atenção pelo que possui; particularmente, é criticado pelo que está perdendo através do desmatamento; da conversão das paisagens naturais em reflorestamentos, plantações de soja e pastagens; e da expansão industrial e urbana. Embora as ameaças à vida silvestre e às paisagens naturais do país sejam dramáticas, o Brasil também tem se tornado um líder mundial em conservação da biodiversidade, principalmente por causa de seu, sempre crescente, quadro de profissionais de conservação. (RUSSELL, et al., 2005).

Ao longo da história brasileira, muitas vezes se levantaram contra a exploração predatória dos recursos naturais. A preocupação de alguns intelectuais com a degradação ambiental considerou-se ao longo do século XIX, tendo José Bonifácio de Andrade um papel de destaque na condenação dessa atitude predatória. A grande motivação para defender o ambiente natural era sua importância para a construção nacional. Os recursos naturais representavam grande trunfo para o progresso futuro do país, devendo ser utilizados de forma inteligente e cuidadosa. (ARAÚJO, 2007).

O modelo de Unidades de Conservação adotado no Brasil, e no terceiro mundo em geral, é um dos principais elementos de estratégia para a conservação da natureza. Ele deriva da concepção de áreas protegidas, construída no século passado nos Estados Unidos, com o objetivo de proteger a vida selvagem (wilderness) ameaçada pelo avanço da civilização urbano-industrial. Esse modelo expandiu-se logo em seguida para o Canadá e países europeus, consolidando-se como um padrão mundial, principalmente a partir da década de 60 quando o número e extensão das áreas protegidas ampliaram-se enormemente em todo o mundo.

(ARRUDA, 1997).

A proposta de delimitação de áreas protegidas sem ocupação humana, presente na criação dos primeiros parques nacionais, foi gradativamente modificada pela inexorável presença da sociedade no espaço que se pretendia proteger. A aceitação da ocupação humana em áreas protegidas ocorreu via a regulamentação e o controle do uso dos recursos naturais. No entanto, a ineficiência dessa solução manteve sem resposta uma questão essencial para as atuais unidades de conservação, isto é, o problema de como executar a conservação da biodiversidade, objetivo principal da conservação, mantendo a ocupação humana em seu interior. Atualmente, a resposta dos diversos agentes envolvidos com a gestão de áreas protegidas refere-se à promoção do desenvolvimento sustentável. Isto pode ser observado no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído em 2000. (TEIXEIRA, 2005). Em 2002 o SNUC foi efetivamente colocado em prática com a publicação do Decreto Presidencial regulamentador.

O SNUC é o resultado de uma década de debates e enfrentamento de interesses que envolveram ambientalistas, cientistas, organizações não governamentais (ONGs), representantes de populações tradicionais, organizações ambientalistas internacionais, organizações privadas, entre outros. Durante este período, a ocupação humana em unidades de conservação foi bastante discutida. A saída encontrada seguiu diretrizes internacionais sobre unidades de conservação, adotando a proposição de uso sustentável dos recursos naturais. (TEIXEIRA, 2005).

De acordo com o SNUC (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000), que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, as UC são *“espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.* Em seu artigo 3º, a lei que instituiu o SNUC inclui no sistema as unidades de conservação federais, estaduais e municipais. E no artigo 7º as divide em dois grandes grupos, com características específicas:

1 - Unidades Conservação de Proteção Integral;

2 - Unidades Conservação de Uso Sustentável.

O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei. Este grupo é composto pelas seguintes categorias de unidades de conservação:

1 - Estação Ecológica;

2 - Reserva Biológica;

3 - Parque Nacional;

4 - Monumento Natural;

5 - Refúgio de Vida Silvestre.

O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. O grupo é composto pelas seguintes categorias:

1 - Área de Proteção Ambiental;

2 - Área de Relevante Interesse Ecológico;

3 - Floresta Nacional;

4 - Reserva Extrativista;

5 - Reserva de Fauna;

6 - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e

7 - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

De acordo com Costa (2000), de todas as estratégias de conservação as Unidades de Conservação constituem o melhor mecanismo de preservar os recursos genéticos in situ. O Brasil possui hoje 3,7% de sua extensão territorial definida em Unidades de Conservação, sendo que a maioria delas enfrenta sérios problemas para serem efetivamente implementadas, em decorrência da regulamentação fundiária, cumprimento dos objetivos para o qual foi criada (Plano de Manejo), e até

mesmo com o sistema de proteção e fiscalização de sua área, e pela falta de recursos financeiros e de pessoal qualificado para administração das mesmas.

Os primeiros parques criados no Brasil – Itatiaia, em 1937; e Iguaçu, Serra dos Órgãos e Sete Quedas, em 1939 – protegiam paisagens extraordinárias, mas a consciência da necessidade de conservar a vida silvestre do Brasil ainda era incipiente até a primeira metade do século XX. Somente nos últimos 30 anos o Brasil experimentou um avanço maior na ação de conservação e no desenvolvimento da capacidade de conservação. (RUSSELL, et al., 2005).

As Unidades de Conservação de Uso Sustentável localizadas no Acre, fazem parte do SEANP (Sistema Estadual de Áreas Protegidas), instituído pela Lei nº 1.426, de 27 de dezembro de 2001, Seção II, Art. 14, composto pelo conjunto de Unidades de Conservação Estaduais e Municipais, totalizando 3.544.067 ha do território do Estado (Acre) e compreendem as Reservas Extrativistas (16,28%), as Florestas Nacionais (2,13%), as Florestas Estaduais (2,95%), as Áreas de Proteção Ambiental (0,22%) e as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (0,02%). Tem como objetivo a conservação da natureza, mas viabilizam o uso direto dos recursos naturais. ACRE (2006).

2.2 RESERVA EXTRATIVISTA NA AMAZÔNIA

2.2.1 Contextualização histórica

O predomínio do extrativismo vegetal ocorreu no final do século XIX e início do século XX, marcando o chamado "Ciclo da Borracha", com a descoberta do processo de vulcanização da goma elástica em 1839 por Charles Goodyear, e Hancock, em 1842. Neste período a borracha passa a ser uma matéria prima industrial de grande valor econômico, e atinge o auge de sua demanda, com a invenção do pneumático em 1890, o que fez subir extraordinariamente sua cotação

no mercado internacional. Consequentemente o interesse do mercado internacional volta-se para a Amazônia, única fonte produtora mundial de borracha àquela época (IBGE, 1989).

Foi durante a década de 1870 que “uma bem articulada coordenação entre a Índia Office, o Jardim Botânico de Kew, na Inglaterra, e os Royal Botanic Gardens, na Índia (colônia inglesa), poria em ação a coleta de sementes, o envio de mudas e a plantação experimental” da borracha em terras do Sudeste Asiático. No entanto, foi o aventureiro inglês Henry Wickham que, em 1876, na região situada entre os rios Tapajós e Madeira fez a coleta e o envio de 70.000 sementes para o Jardim Botânico de Kew, dentre as quais 7.000 brotaram nos viveiros, sendo estas mudas transportadas cuidadosamente para o Ceilão, local escolhido para o seu cultivo. A escolha do cultivo da seringueira em território asiático fazia-se em função da qualidade de suas terras, da possibilidade de formação de grandes propriedades agrícolas e da disponibilidade de mão-de-obra barata para trabalhar no referido cultivo. (ALVES FILHO, et al., 2000).

Diante deste quadro, houve a “queda da borracha”, e o Governo Federal iniciou, de acordo com Acre (2006), os processos de ocupação desencadeados com os projetos estabelecidos (Programa Nacional de Integração - PIN; Projetos de Colonização Dirigida – PAD; construção de rodovias e os incentivos à aquisição de terras por grupos empresariais do Sul do país), trazendo modificações substanciais para a cobertura e uso da terra que foram acompanhadas, quase sempre, por desmatamentos para a implantação de novas atividades. Os seringais foram os primeiros a serem atingidos, uma vez que muitos foram vendidos para a formação de grandes fazendas agropecuárias. Por consequência, os seringueiros perdiam áreas de produção. De tal forma, essas atividades cresceram na década de 80, gerando um processo inverso que foi a organização de seringueiros, castanheiros e índios em torno de uma proposta para transformação de grandes áreas em áreas protegidas (as Reservas Extrativistas). Para isso, concorreram positivamente a criação do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e a atuação do líder Chico Mendes.

2.2.2 Reserva Extrativista no Acre

A definição mais recente, de acordo com o artigo 18º da Lei do SNUC Reserva Extrativista é: *“uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”*. (BRASIL, 2000).

Originaram-se no movimento de seringueiros iniciado no Acre na década de 80 e que teve em Chico Mendes, de Xapuri, sua principal liderança. Mundialmente reconhecido, esse movimento, que começou com os empates aos desmatamentos em 1976, resultou na organização dos sindicatos de trabalhadores rurais e na formação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) em 1985. (ACRE, 2010).

O trecho do depoimento oral do sindicalista e seringueiro Raimundo Mendes de Barros (Raimundão), em Souza (2005), explica como se deu o nome empate: *“O empate foi uma palavra que nós criamos. Dentro do seringal, muitas das vezes, numa festa, os companheiros queriam brigar, entrava dois e “empatava” deles brigar. Então, essa foi uma palavra que veio da gente. É ... o cara tava ali querendo avançar, querendo passar por dentro da minha estrada, com a estrada dele, eu fui lá e “empatei” dele passar, fiz ele fazer um arroteio. O próprio seringueiro “empatou” do outro passar com a estrada dele dentro da dele. Então, dada aglutinação, o número que nós... reunião para impedir do sujeito desmatar a colocação do companheiro, então expulsar o da Colocação, nós vamos lá “empatar” que esse sujeito faça isso. Então, a origem da palavra “empate” vem disso aí”*. (SOUZA, 2005).

De acordo com Almeida (2004), em Xapuri e Brasiléia, o sindicato rural impediu, por meio do movimento conhecido como “empates”, a derrubada de florestas habitadas por seringueiros, feita por peões armados de motosserras. Em Xapuri, o movimento sindical tinha apoio da igreja católica progressista, de partidos de esquerda, e de organizações não-governamentais, como o Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA). O problema era que os “empates”, por volta de

1985, tinham passado à defensiva, ou seja, não conseguiam responder à escalada das queimadas e da violência. Por esta razão Chico Mendes começou a buscar apoio e aliados externos, recorrendo cada vez mais a táticas *gandhianas* de ação direta com alta visibilidade. Em 1986, no “empate” da Bordon, ele liderou cerca de cem seringueiros, que caminharam durante três dias pelas coivaras enegrecidas e fumegantes de florestas recém-queimadas, desviando-se da polícia militar e espantando peões de motosserra, até que o cerco em torno deles se fechou, com o retorno, em marcha forçada, a Xapuri. Antes da marcha, porém, Chico Mendes havia convocado, em reunião pública em Rio Branco, o apoio de moradores da cidade para um “empate de alto nível”, para o qual ele queria repercussão nacional. Conseguiu a presença de um fotógrafo, dois agrônomos, um antropólogo e de uma jovem professora sindicalizada, Marina Silva. Quando as diferentes colunas formadas a partir da divisão do “empate” retornaram à cidade, aparentemente derrotadas, os participantes ocuparam a sede do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), e logo foram cercados pela polícia militar. Enquanto isso, Chico Mendes convocava por telefone a imprensa nacional presente em Rio Branco e, ao mesmo tempo, enviava companheiros aos seringais para chamar mais seringueiros para a cidade. Chico disse aos jornalistas que havia mais de cem seringueiros na sede do IBDF, mas precisava tomar providências para que eles realmente estivessem lá quando chegasse a imprensa. Enquanto a tensão crescia, em meio a ameaças da iminente invasão armada, Chico Mendes esperava novos negociadores, da igreja e do parlamento, assim como da imprensa. No último minuto, por assim dizer, foi firmado um acordo entre os seringueiros e o governo.

No início de 1985, para aumentar a visibilidade das lutas dos seringueiros, Chico Mendes articulou a realização de um evento de impacto que respondesse às expectativas de Chico Mendes. De um lado, embora não se tratasse de um evento sindical, podia-se observar na plateia e na constituição das mesas de discussão a presença de líderes sindicais vindos de lugares remotos da Amazônia, como Novo Aripuanã, no rio Madeira, Carauari, no médio Juruá, Brasiléia e Xapuri, no Acre, Ariquemes, em Rondônia, e Cruzeiro do Sul, no oeste acreano, para mencionar apenas alguns dos delegados. De outro lado, também foi marcante a presença de

deputados e senadores, burocratas e técnicos, professores e estudantes, tanto no público como nas mesas, apesar de o seminário não ter um perfil acadêmico. Os seringueiros falavam sobre a violência de patrões e liam numa espécie de ladainha longas listas de preços cobrados nos seringais para ilustrar pelo contraste com os preços da cidade, a exploração de que eram vítimas. As autoridades escutavam-nos com uma mistura de fascínio, pelo exotismo das canções e dos poemas, e desconcerto, pelas reivindicações que pareciam anacrônicas e impossíveis de serem atendidas: o sonho dos seringueiros era transformar a Amazônia no que já fora no passado, uma abastecedora mundial de borracha. O documento final do encontro mencionou pela primeira vez a expressão “reservas extrativistas”, cunhada por um grupo de trabalho formado por representantes do estado de Rondônia. O sentido era, por analogia às “reservas (de) indígenas”, o de terras reservadas para trabalhadores extrativistas. Ademais, ocorreram outros fatos imprevistos, como a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). (ALMEIDA, 2004).

Souza (2005) relata que o “Primeiro Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia” em 1985, aprovou as seguintes propostas encaminhadas ao Presidente da República:

- a) Exigiram uma política de desenvolvimento para a Amazônia que atendesse aos interesses dos seringueiros e que representasse os seus direitos. Não aceitavam uma política de desenvolvimento para a Amazônia que favorecesse às grandes empresas que exploravam e massacravam trabalhadores e destruíam a natureza;
- b) Propuseram a desapropriação dos seringais nativos, devendo os mesmos serem preservados e não destruídos;
- c) Exigiram que fossem criados postos de saúde e escolas em todos os seringais;
- d) Exigiram aposentadoria e assistência para os “Soldados da Borracha” e seringueiros e uma reforma agrária;
- e) Criaram o Conselho Nacional dos Seringueiros.

Um trecho do depoimento de Chico Mendes sobre Reserva Extrativista ainda em Souza (2005): *“A reforma agrária que nós defendemos para a região amazônica é a criação da reserva extrativista, uma forma inteligente de garantir a preservação da floresta, de torná-la economicamente viável. O que está na ordem do dia não é só defender a produção da borracha, também a castanha, que tem grande importância alimentícia para a região, ou a copaíba, as plantas medicinais, etc. Na proposta da Reserva Extrativista você pode usar a terra de forma racional. Na reserva extrativista, o governo poderia ter um papel importante junto aos seringueiros, com incentivo às indústrias caseiras, à fabricação do óleo de patoá, o óleo da castanha, espécies de coco da mata, o urucuri, o tucumã. Centenas de espécies de produtos vegetais da floresta que podem ser extraídos, desde que ela seja mantida viva. Na reserva extrativista, nós propomos o uso da concessão de posse. Vamos supor: nós moramos num seringal que tem um suposto proprietário. Nós queremos que o MIRAD desapropriar a terra e ela passe a ser considerada Patrimônio da União e usufruto para o seringueiro. Nós não queremos loteamento lá dentro. Nós já temos nossas divisas, o que queremos é que o governo reconheça a posse de cada seringueiro. Ele faz um contrato com o governo para o uso por trinta anos, por exemplo – mas ele não pode vender a terra. Pode até vender as benfeitorias para outra pessoa identificada com a vida de seringueiro, identificada com a floresta e não uma pessoa com intenção de desmatar. Ele não pode desmatar”.* (Chico Mendes. IN: Revista AQUIRI, Caderno de Cultura. Rio Branco, Fundação Cultural do Acre, Maio de 1989, p. 8, *apud* Souza, 2005).

Vale ressaltar que a proposta dessa modalidade de Unidade de Conservação é de que as populações residentes participem de todas as etapas do processo de gestão, sobretudo da elaboração do Plano de Utilização da Reserva Extrativista, pelo qual se estabelece um acordo de convivência a ser seguido pelos moradores, quanto à exploração sustentável dos recursos naturais. O envolvimento da comunidade extrativista tem o propósito de criar um ambiente de maior compromisso para o monitoramento e fiscalização da Reserva, tendo em vista a elaboração e aprovação do regulamento pelos próprios moradores da Unidade. Além disso, a execução de uma gestão compartilhada com a comunidade valoriza os

conhecimentos tradicionais e a convivência harmônica desta com o ecossistema florestal. (SOUZA, 2009).

2.2.3 Aspectos legais sobre as reservas extrativistas

As Reservas Extrativistas foram regulamentadas pelo Governo Federal, pela Lei N° 99.144, de 12 de março de 1990, tendo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) como órgão gestor. Contudo, com a promulgação da Lei N° 11.516, de 28 de agosto de 2007, esta função foi assumida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão criado para administrar as Unidades de Conservação federais do país. A partir de então, o IBAMA continuou a atuar nas UCs com fiscalização, autorização do uso de recursos naturais e licenciamento ambiental. (IBAMA, 2009).

Através do Decreto n.º 98.863 de 23 de janeiro de 1990, foi criada a primeira reserva extrativista do Brasil, a Reserva Extrativista do Alto Juruá-AC. Após este acontecimento, no dia 30 de janeiro de 1990, o Presidente José Sarney assinou o Decreto Regulamentador do processo de criação das Reservas Extrativistas (nº 98.897/90), estabelecendo o arcabouço legal para a criação de futuras áreas similares. Em março de 1990, em resposta às demandas de comunidades organizadas pelo CNS, mais três Reservas Extrativistas foram criadas. (IBAMA/CNPT, 1994).

Ainda de acordo com a Lei do SNUC “as Reservas Extrativistas são de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei”.

A unidade será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo ICMBio e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade. A visitação pública é permitida, desde

que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.

A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento. O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo. São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional. A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

Atualmente, no Acre, existem cinco Reservas Extrativistas: Alto Juruá com 506.186 ha está localizada no extremo oeste do estado e do Brasil, no município de Thaumaturgo de Azevedo; Chico Mendes, nos municípios de Rio Branco, Capixaba, Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia e Assis Brasil, com uma área de 970.570 ha; Cazumbá-Iracema localizada em Sena Madureira, com área 750.794,70 ha; Alto Tarauacá com aproximadamente 152.000 ha e a Riozinho da Liberdade, localizada nos municípios de Cruzeiro do Sul, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Tarauacá e Ipixuna (Amazonas) com 225.000 ha. (ACRE, 2006).

2.3 PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE GESTÃO NA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES

2.3.1 Plano de Manejo

O Plano de Manejo da Resex Chico Mendes foi elaborado em dezembro de 2006, para atender as exigências da Lei do SNUC e servir como documento

orientador e balizador na gestão da reserva, subsidiando o seu órgão gestor, as associações representativas das populações tradicionais, as demais instituições que compõe o Conselho Deliberativo da Unidade e a própria comunidade residente, no desenvolvimento de ações e programas que visem garantir a qualidade de vida, a valorização da cultura de sua população e o uso sustentável dos recursos naturais disponíveis na área, com os seguintes objetivos:

- Gerar diretrizes atualizadas para o gerenciamento e o manejo da UC, possibilitando que essa venha a atingir os objetivos para os quais foi criada;
- Definir objetivos específicos de manejo que visem à facilitação do processo de ordenamento e gestão da UC;
- Promover o manejo da UC, orientado pelo conhecimento tradicional e científico já disponível e aquele que será gerado;
- Definir os limites das áreas geográficas a serem direta ou indiretamente utilizadas nas atividades extrativistas;
- Estabelecer a diferenciação e a intensidade de uso dos recursos da UC mediante zoneamento;
- Caracterizar e mapear os componentes ambientais associados ao meio físico, biótico e sócio-econômico;
- Identificar os impactos sócio-ambientais gerados pelas atividades extrativistas, visando o desenvolvimento sustentável e a conservação da natureza;
- Evidenciar as possíveis potencialidades de utilização de recursos ainda não explorados pelas comunidades tradicionais;
- Identificar as possíveis atividades econômicas a serem exercidas pelas populações tradicionais, sugerindo projetos produtivos específicos.

A metodologia de elaboração do Plano de Manejo da Resex Chico Mendes envolveu a obtenção de informações da bibliografia existente sobre a unidade, outras informações foram obtidas diretamente no IBAMA, em Brasília – DF, ou na Superintendência do estado do Acre, os conteúdos constantes dos Programas de

sustentabilidade ambiental e socioeconômica da Unidade foram discutidos em oficina participativa realizada em Xapuri – AC, no mês de dezembro de 2005, com os representantes das comunidades extrativistas (associações AMOPREB, AMOPREAB, AMOPREX, ASPUV, Tabatinga), o Plano de Utilização da Reserva foi revisado a partir da realização de oficinas com a *participação da comunidade*.

Novamente de acordo com o SNUC o Plano de Manejo (PM) é definido como: *“documento técnico mediante o qual, com fundamentos nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”*.

Em seu artigo 27, § 1º o SNUC estabelece que: *o Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. § 2º Na elaboração, atualização e implementação do PM das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente*.

Segundo Marques e Nucci (2007) o grande avanço na elaboração de Planos de Manejo e conseqüente maior preocupação com o planejamento e gestão das unidades de conservação aconteceram com a aprovação do SNUC, que estabelece e regulamenta a criação e gestão de unidades de conservação no Brasil onde além de prever a criação de conselhos consultivos, obriga aos órgãos ambientais gestores de unidades de conservação a estabelecer roteiros metodológicos básicos para a elaboração dos PMs e estabelece um prazo de cinco anos para que todas as unidades tenham o seu PM.

2.3.3.2 Plano de Utilização

No início da década de 1990 foi elaborado o Plano de Utilização da Resex Chico Mendes, sendo apropriado pelas comunidades como um acordo de convivência. Esse Plano foi aprovado conforme Portaria da Presidência do IBAMA nº 28-N, de 18 de abril 1995. O Plano de Utilização foi revisto no decorrer do ano de 2006, sendo reformuladas e incorporadas novas normas de uso, surgidas a partir da diversificação de atividades de manejo dos recursos naturais, aumento populacional e ações migratórias dentro da Unidade. (IBAMA, 2006).

Cabe destacar decisões importantes do Plano de Utilização, que foram incorporadas ao Plano de Manejo da Resex Chico Mendes, como por exemplo:

FINALIDADES do Plano de Utilização

- 1 O objetivo deste Plano é assegurar a conservação da Reserva Extrativista Chico Mendes mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais por parte de seus moradores através da determinação dos comportamentos a serem seguidos.*
- 2 É finalidade deste Plano apresentar a relação de condutas tradicionais que não destroem o meio ambiente e que estão incorporadas à cultura dos moradores, bem como, as demais condutas que devem ser seguidas para cumprir a legislação brasileira sobre o meio ambiente.*
- 3 O Plano de Utilização deve ser um guia para que os moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes tirem seu sustento da Reserva, mas se comprometam em conservá-la para seus filhos, netos e gerações futuras.*
- 4 O Plano de Utilização servirá ainda como um guia para as ações do IBAMA (hoje ICMBio) dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes.*
- 5 Além disso, é objetivo deste Plano ser instrumento legal frente aos órgãos da administração pública e judiciais para que as normas de Utilização da Reserva aqui estabelecidas sejam respeitadas e cumpridas.*
- 6 É finalidade deste Plano definir as responsabilidades e competências de cada um na Reserva Extrativista Chico Mendes.*
- 7 Tendo sido um documento aprovado pelos moradores e representantes de*

moradores, é finalidade deste Plano assegurar que sendo a Reserva uma Unidade de Conservação Nacional, suas normas de Utilização se referem aos limites territoriais estabelecidos em seu Plano de Manejo.

RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DO PLANO

8 Todos os moradores, núcleos de base, associações de moradores e produtores, o IBAMA (hoje ICMBio) e todas as organizações que compõe o Conselho Deliberativo da Reserva são responsáveis pela execução deste Plano de Utilização.

9 Os moradores, núcleos de base e Associações de Moradores são responsáveis pela execução deste Plano de Utilização como autores e responsáveis na gestão da Reserva, que possui seus moradores como únicos beneficiários da mesma.

10 A Reserva Extrativista Chico Mendes é de domínio público e todos os seus moradores possuem o direito de uso sendo a posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais reguladas pelo contrato de concessão de uso.

11 De acordo com o Parágrafo Primeiro do Art. 23 da Lei 9985/2000 (SNUC) “os moradores devem participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção das Reservas Extrativistas”.

12 O IBAMA (hoje ICMBio) é responsável pela administração da Reserva e a gestão compartilhada juntamente com o Conselho Deliberativo, as Associações de Moradores e Produtores e núcleos de base. O IBAMA (hoje ICMBio) é o órgão gestor da Reserva sendo responsável pela execução do Plano de Utilização, assim como pelo monitoramento e fiscalização.

13 Todas as organizações e Instituições que participam do Conselho Deliberativo da Reserva são responsáveis pela aplicação e cumprimento do Plano de Utilização e devem atuar de forma direta de acordo com suas competências e responsabilidades regionais através da implantação de projetos e políticas públicas respeitando-se sempre os Planos e Programas contidos no Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes.

INTERVENÇÕES EXTRATIVISTAS E AGRO-PASTORIS

14 Cada família só poderá ter uma colocação. É considerada uma colocação uma unidade com o mínimo de duas estradas de seringa de no mínimo 200 hectares. Cada estrada de seringa deve ter no mínimo 100 árvores de seringa.

15 É proibido, a partir da homologação deste documento, usar estradas de outras colocações caso não exista um acordo entre os moradores. As estradas devem pertencer às respectivas colocações. Não deve haver empréstimos de estradas entre moradores da Reserva.

16 É responsabilidade dos extrativistas zelar por suas estradas de seringa, castanheira ou outras estradas que possui em sua colocação e áreas de uso comum, como ramais e varadouros.

17 No caso da ocupação de colocações abandonadas deve ser dada a preferência para que a ocupação seja prioritariamente por parte dos filhos de moradores que já compuseram família e que mantém a condição de extrativista. Para que a colocação seja considerada abandonada, deverá ser ouvida a Associação.

18 Por ser de domínio público e ter seu uso concedido, é proibido o loteamento e venda das colocações existentes na Reserva.

19 A transferência de uma colocação deve ser aprovada pela comunidade, com registro em ata na presença da Associação de Moradores e Produtores, IBAMA (hoje ICMBio) e outros parceiros do Conselho Deliberativo. No caso de vendas ilegais de parte da colocação, o negócio deve ser desfeito para a recomposição da colocação.

20 Caso o morador queira sair da Reserva, a venda da benfeitoria só poderá ser feita para outro extrativista. No caso de venda ilegal o morador poderá ser expulso da reserva sem direito algum.

21 O uso do fogo deve ser evitado ao máximo pelos moradores que, em caso de necessidade extrema, deverão tomar todos os cuidados, sempre aguardando as primeiras chuvas. Deverão fazer aceiros de no mínimo 2 metros e organizar mutirão que permaneça no local até que se tenha certeza que o fogo está completamente apagado, sendo o controle do fogo de responsabilidade do morador da colocação.

22 As seringueiras e castanheiras não podem ser derrubadas. São proibidas as

derrubadas e queimadas que ameacem a sobrevivência das seringueiras e castanheiras.

23 Obedecendo ao artigo 2º do Código Florestal Brasileiro, não podem ser desmatadas as Áreas de Preservação Permanente entendidas estas como a vegetação localizadas as margens dos rios, igarapés, lagos, nascentes.

24 O uso de estradas de seringa será feito conforme as práticas tradicionais obedecendo o limite de 50 dias anuais de corte por estrada e de dois dias semanais por estrada, sendo proibido cortar danificando lenho (no pau) e devendo ser empregado o sistema de corte “pela banda” ou “pelo terço” para a divisão das bandeiras e a colocação das tigelas, até que surjam técnicas mais apropriadas.

25 Os moradores da Reserva poderão extrair madeira para uso próprio e somente no interior da Unidade, tais como construções dentro da Reserva, barcos, móveis e instrumentos de trabalho. Não poderão ser usadas madeiras da seringueira, castanheira, copaíba, andiroba, mogno e outras madeiras protegidas por lei.

26 Para que haja comercialização de madeira por parte dos moradores da Reserva é obrigatório o Plano de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo Comunitário – PMFS Comunitário, aprovado pelo IBAMA (hoje ICMBio) com anuência do Conselho Deliberativo. O Plano de Manejo Madeireiro Sustentável deve definir todas as especificações técnicas de uso, beneficiamento e saída de madeira e produtos madeireiros da Reserva.

27 De acordo com SNUC, Art. 18 “A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista”.

28 É permitido o uso de palmeiras por parte dos moradores para a cobertura de suas casas, bem como a coleta de seus frutos, folhas, e sementes. Fica autorizado o corte para a construção de casas e instalações conforme a tradição local.

29 A comercialização de frutos, folhas, palhas, sementes e outros produtos que impliquem em derrubada das palmeiras, tal como palmito, só poderá ocorrer com capacidade de produção sustentável determinada por Plano de Manejo sustentável, aprovado pelo IBAMA (hoje ICMBio) e pelo Conselho Deliberativo da Reserva. O Plano de Manejo e uso de palmeiras deve ser desenvolvido em parceria e com o

acompanhamento das Associações de Moradores e Produtores, núcleos de base, sindicatos e IBAMA (hoje ICMBio).

30 Além das atividades extrativistas, os moradores da Reserva poderão realizar atividades complementares, tais como agricultura, criação de pequenos animais, peixes e atividades agro-florestais.

31 As atividades complementares poderão ocupar até dez por cento (10%) da área da colocação sendo que o tamanho máximo destinado às atividades complementares não poderá ultrapassar 30 hectares por colocação.

32 Após zoneamento específico de áreas sem recursos extrativistas em potencial, poderá ser estendida o limite de 20% da colocação para atividades complementares, não podendo ultrapassar 40 ha, sendo esta decisão condicionada a apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo.

33 O desmatamento para a realização das atividades complementares só será permitido através de licença obtida junto ao IBAMA (hoje ICMBio) e devem ser observados os limites de dois hectares por ano, sendo permitida em áreas de mata secundária (capoeira). A abertura de mata bruta só poderá ser feita após esgotar todas as possibilidades de uso de outras áreas e está condicionada a aprovação pelo IBAMA, encaminhada pelas associações de base.

34 As atividades complementares previstas no Plano de Utilização poderão ter regulamentações mais específicas de acordo com o zoneamento da Reserva determinado no Plano de Manejo da Unidade, devendo o mesmo ser construído de forma participativa.

35 A criação de animais, como porcos, gado e ovelhas, não pode ser feita em áreas de igarapé ou fonte de água e deve ser feita por comum acordo dos moradores da vizinhança, ficando sempre por conta do criador a construção de cercas, chiqueiros e corredores para a passagem das pessoas em segurança de ataques de animais. Fica proibido fazer pastagens ou criar animais na beira de ramais.

36 A criação de grandes animais, como o gado, será permitida até o limite máximo de 50% da área da colocação destinada para atividades complementares.

37 Fica estabelecido, para efeito de benfeitoria, que as áreas de pastagens terão valor menor se comparadas a outras benfeitorias como, por exemplo, sistemas

agroflorestais. Esses valores serão ainda fixados após estudo técnico que poderá contar com o apoio de universidades e instituições de pesquisa.

NOVAS INTERVENÇÕES NA FLORESTA

38 Produtos da floresta como: frutos, cipós, raízes, cascas, folhas, sementes, plantas medicinais óleos e essências; poderão ser extraídos para consumo pelos moradores, e sua comercialização só poderá ser feita mediante Plano de Manejo comunitário que assegure a capacidade de produção sustentável aprovado pelo IBAMA (hoje ICMBio) e pelo Conselho Deliberativo da Reserva.

39 As sementes e produtos da floresta podem ser utilizados em pequena escala pelos moradores para a fabricação de artesanato, sendo utilizado como renda complementar.

INTERVENÇÕES NA FAUNA

40 Os moradores da Reserva têm o direito de pescar (mariscar) para sua alimentação, sendo proibido pescar na época da desova dos peixes. Além disso, é proibida a pesca de espécies de peixe que se encontrarem em risco de extinção.

41 Não é permitido aos moradores convidar pessoas que moram fora da Reserva para essas atividades. Além disso, os moradores não podem presentear amigos moram fora da Reserva com peixes ou carne de caça tirada da Reserva.

42 Na atividade de pesca é proibido aos moradores da Reserva a utilização de explosivos, venenos e arrastão para pesca nas áreas da Reserva.

43 A criação de peixes para comercialização só será permitida se criados em açudes artificiais e tanques redes e com autorização do IBAMA (hoje ICMBio).

44 Os moradores podem caçar para sua própria alimentação respeitando as espécies que estão em extinção.

45 São proibidas a pesca profissional e a caça com o uso de armadilhas e cachorros no interior e no entorno da Reserva de acordo com determinação em seu Plano de Manejo.

46 Fica proibida a criação de cachorros do tipo americano no interior da Reserva, sendo que o morador que desrespeitar essa proibição será advertido por escrito, tendo 30 dias para retirar os cachorros.

INTERVENÇÕES NAS ÁREAS DE USO COMUM

47 Os rios, lagos, igarapé, nascentes, varadouros, praias e barrancos da Reserva e do entorno definido no Plano de Manejo da Reserva são áreas de uso comum na Reserva, respeitando-se a tradição dos moradores, sendo proibido o desmatamento. Casos essas áreas estejam desmatadas, as mesmas deverão se reflorestadas ou deverão ser abandonadas para regeneração.

48 A construção de açudes, ramais e outras obras que gerem impactos só poderão ser realizadas após estudos que as aprovelem e, sejam, aprovadas também pelas comunidades envolvidas, dependendo da autorização do IBAMA (hoje ICMBio). Os ramais que forem abertos deverão ser controlados pelas comunidades e Associações.

FISCALIZAÇÃO DA RESERVA

49 Cada morador é colaborador para fazer cumprir as normas de em sua colocação, cabendo a ele não só zelar por sua colocação, como também observar para que as normas deste Plano de Utilização estejam sendo cumpridas pelo conjunto dos moradores.

50 A fiscalização da Reserva é responsabilidade do IBAMA (hoje ICMBio), que deverá contar com o apoio das Associações de Moradores e Produtores existentes na Reserva.

51 Caso haja a invasão ou ocupação sem autorização de colocações abandonadas o fato deve ser comunicado às associações de moradores para que entrem em contato com o IBAMA (hoje ICMBio) visando que sejam tomadas as devidas providências legais.

PENALIDADES

52 O não cumprimento do presente Plano de Utilização significa quebra do compromisso do Direito de Uso da Reserva por parte dos moradores, de modo a conservá-la para os filhos e netos, tal como a receberam, e poderá resultar na perda dos direitos de uso por parte do infrator, nos termos das penalidades estabelecidas neste Plano de Utilização.

53 Quando houver uma infração ao Plano de Utilização, o morador extrativista estará sujeito às penalidades previstas neste Plano e na Lei de Crimes Ambientais.

54 Se for identificada alguma infração a esse Plano de Utilização, o morador será inicialmente advertido por escrito pela Associação ou pelo IBAMA (hoje ICMBio). Na reincidência ou em caso de crimes graves, o caso deverá ser encaminhado ao Conselho Deliberativo para que sejam tomadas as devidas providências, podendo o morador perder o direito de uso da sua colocação na Reserva Extrativista Chico Mendes.

55 O plano de utilização e o plano de manejo da unidade representam documentos que estabelecem acordos entre os moradores da Reserva e deve ser analisado perante o ministério público em processos legais que tratam do uso da Reserva.

56 O morador que não respeitar este documento, bem como o termo de concessão de uso, as normas ambientais e de ordem social, poderá ser excluído da Reserva e perder o direito de uso, moradia e deverá desocupar a sua colocação.

57 As infrações referentes ao Plano de Utilização poderão ter penalidades diferentes a serem definidas pelo Conselho Deliberativo da Reserva.

58 De acordo com o previsto neste Plano, morador extrativista ou posseiro que descumprir o limite de 01 colocação perderá o direito de uso da área ficando a critério da associação a destinação excedente.

59 De acordo com o previsto neste Plano, os moradores cuja colocação possui atividades complementares em área acima dos 10%, será responsável por reflorestar as áreas desmatadas acima destes limites.

60 De acordo com o previsto neste Plano, os moradores cuja colocação possui criação de gado em área acima dos 50% da área destinada a atividades

complementares, terão que se adequar ao que está previsto e serão responsáveis, contando com o apoio técnico através das associações, pelo reflorestamento da área desmatada acima dos limites permitidos.

61 O morador extrativista que tiver perdido o direito de uso não poderá requerer outra colocação na mesma Unidade.

DISPOSIÇÕES GERAIS

62 Por ser um guia da Reserva Extrativista Chico Mendes, o Plano de Utilização deve ser amplamente divulgado entre todos os moradores para que seja conhecido em todos os seringais da Reserva.

63 A divulgação do Plano entre todos os moradores da Reserva deverá ser feita através de reuniões realizadas nas comunidades pelas Associações de Moradores e Produtores, sindicatos, cooperativas, Conselho Nacional dos Seringueiros e instituições que atuam na Reserva. A divulgação poderá ser feita também através de rádios.

64 Este Plano de Utilização deverá ser divulgado junto às autoridades da administração pública e judiciais para que as normas de Utilização da Reserva sejam respeitadas e cumpridas legalmente.

65 Poderá haver normas mais específicas para determinadas áreas da Reserva respeitando-se Zoneamento da Unidade determinado no Plano de Manejo.

66 As Associações de Moradores e Produtores de Reserva deverão observar o Plano de Utilização e deverão ser parceiras do IBAMA (hoje ICMBio) no processo de administração da Reserva. Esta função estará contida nos estatutos das Associações.

67 Quando um seringueiro extrativista solicitar a transferência ou troca de sua colocação por outra, a transação só poderá ser efetuada após aprovação da comunidade e desde que aquela colocação esteja bem cuidada (estradas limpas, recursos ambientais conservados). Deve-se fazer o registro em ata comunitária.

68 Fica proibida a ocupação de colocações e utilização de residências por pessoas não extrativistas, salvo pessoas que comprovadamente prestem serviço a

comunidade.

69 É proibida, a exploração comercial e uso em grande escala pelos próprios moradores da Reserva dos recursos do solo e subsolo, tais como areia, minérios e outros, salvo a piçarra para uso local.

70 A pesquisa, fotografia, filmagem e coleta de material físico em geral e genético no interior da Reserva, só poderão ser realizadas mediante autorização expressa do IBAMA (hoje ICMBio), após ouvir a Associação e as comunidades onde as atividades serão realizadas e conselho deliberativo. O pesquisador deverá portar a autorização por escrito e deverá apresentar aos responsáveis das comunidades pesquisadas. As pesquisas devem ter a participação da comunidade, e todas as atividades devem ser devidamente divulgadas.

71 Os resultados das pesquisas deverão ser apresentados para as comunidades. Além disso, se a pesquisa gerar algum tipo de recurso financeiro, a repartição de benefícios deve ser feita para a Associação de Moradores e Produtores e as comunidades envolvidas.

72 Fica proibida a comercialização de bebidas alcoólicas no interior da Reserva.

73 Para acesso de pessoas estranhas a Resex e utilização de ramais serão elaborados critérios pelas comunidades locais, associações, Conselho Deliberativo e IBAMA (hoje ICMBio).

74 As disposições constantes nesse plano se aplicam também aos não residentes da Resex Chico Mendes, quando ingressarem na Unidade por qualquer objetivo.

75 As propostas de alteração deste Plano deverão ser levantadas em reuniões a serem realizadas nas comunidades da Reserva. As propostas levantadas deverão ser organizadas e encaminhadas pelas Associações de Moradores e Produtores, sindicatos, cooperativas e Conselho Nacional dos Seringueiros ao IBAMA e ao Conselho Deliberativo. O IBAMA (hoje ICMBio) também poderá propor alterações ao Plano de Utilização.

76 O Conselho Deliberativo poderá aprovar alterações no texto do Plano de Utilização contanto que estas tenham sido encaminhadas pelos núcleos de base e associações de moradores e produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes com participação de no mínimo 10 % das famílias por município. (IBAMA, 2006).

2.3.3.3 Conselho Deliberativo

A criação do Conselho Deliberativo das Reservas Extrativistas é prevista na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Lei do SNUC), sendo definida em seu art. 18, § 2º: *“A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável pela sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade”*. (IBAMA, 2006).

O Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes foi criado pela Portaria IBAMA nº 28, de 22 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União - edição nº 98 - em 23 de maio de 2003, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à sua efetiva implantação, implementação do Plano de Manejo e ao cumprimento dos seus objetivos de criação. (IBAMA, 2006).

A Portaria nº 28, de 22 de maio de 2003, em seu art. 3º define: *“As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista serão fixados em regimento interno a ser elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião”*. (IBAMA, 2006).

O Regimento Interno foi aprovado, por unanimidade, na Primeira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes, realizada no dia 18 de agosto de 2005, na cidade de Eptaciolândia – AC, definindo como objetivos do Conselho Deliberativo:

- Realizar junto com o IBAMA, a gestão da RESEX Chico Mendes;
- Promover o desenvolvimento sustentável da RESEX Chico Mendes;
- Promover a conservação dos recursos naturais no interior da RESEX Chico Mendes e cooperar para a conservação desses recursos em seu entorno;
- Fomentar a valorização das manifestações culturais das populações tradicionais residentes na RESEX Chico Mendes;

- Agregar apoio político e institucional para promover a gestão e o planejamento da RESEX Chico Mendes, de forma participativa e propositiva, envolvendo as diversas organizações da sociedade civil, a iniciativa privada e o poder público;
- Garantir o cumprimento do Plano de Uso da RESEX Chico Mendes;
- Garantir a transparência da gestão e das decisões que afetam a RESEX Chico Mendes;
- Orientar acompanhar e deliberar sobre o desenvolvimento de programas, projetos e atividades ligadas a RESEX de forma a harmonizar e compatibilizar suas ações;
- Acompanhar e apoiar, quando for o caso, as ações desenvolvidas pelas organizações que compõe o Conselho que forem de interesse e benefício da RESEX, com o objetivo de efetivar a auto-gestão da Reserva. (IBAMA, 2006).

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Lei do SNUC), estabelece que a constituição do Conselho Deliberativo da RESEX pode ser demandada pelas populações tradicionais ou suas representações ou iniciada diretamente pelo Instituto Chico Mendes. O Conselho Deliberativo será constituído por representantes do poder público, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais da Unidade. A composição do Conselho deverá obedecer os seguintes critérios:

- Serão indicados para cada vaga no Conselho um representante titular e pelo menos um suplente;
- Deve-se garantir, na composição do Conselho, maioria de representantes das populações tradicionais da Unidade;
- A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da federação e órgãos de áreas afins;
- A representação da sociedade civil deve contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade;

- A representação dos órgãos públicos e da sociedade civil nos conselhos deve ser, sempre que possível, paritária, considerando as peculiaridades regionais.
- O mandato do conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Segundo Weid (2009) entre os diversos meios de participação, os conselhos se destacam por constituírem um dos espaços de maior aceitação para sociedade civil e governos na configuração do Estado e de políticas públicas específicas (setoriais, temáticas, de programas etc.). É certo que não devem ser vistos como “fórmula mágica” de garantia da participação e da democracia.

A noção de conselho gestor, prevista na Constituição Federal de 1988, procura torná-lo o espaço público jurídico-institucional por excelência de intervenção social planejada na formulação e implantação de políticas públicas. Nesses espaços formais, todas as demandas são legítimas por princípio, prevendo-se canais de confronto e interpelamento democrático entre os projetos sociais, de modo a se construir alternativas viáveis e o mais inclusivas possível. (LOUREIRO, et al., 2008). Há um longo histórico de criação de conselhos dos mais diferentes tipos, em inúmeros países, com avanços e também muitos problemas de manipulação, burocratização pouca autonomia de decisão. Eles precisam ser entendidos em suas contradições e potencialidades, constituindo-se em espaços públicos que merecem ser resguardados e fortalecidos com participação direta e nos quais aprendemos e decidimos com responsabilidade e construção de uma cultura democrática, popular e cidadã no Brasil.

3 METODOLOGIA

A Reserva Extrativista Chico Mendes está localizada na região sudeste do Estado do Acre, com uma área aproximada de 970.570 ha (conforme decreto de criação), entre as seguintes coordenadas geográficas: 10° 06' 11" a 10° 58' 39" de latitude Sul e 67° 56' 13" a 69° 48' 00" de longitude Oeste. (ACRE, 2006).

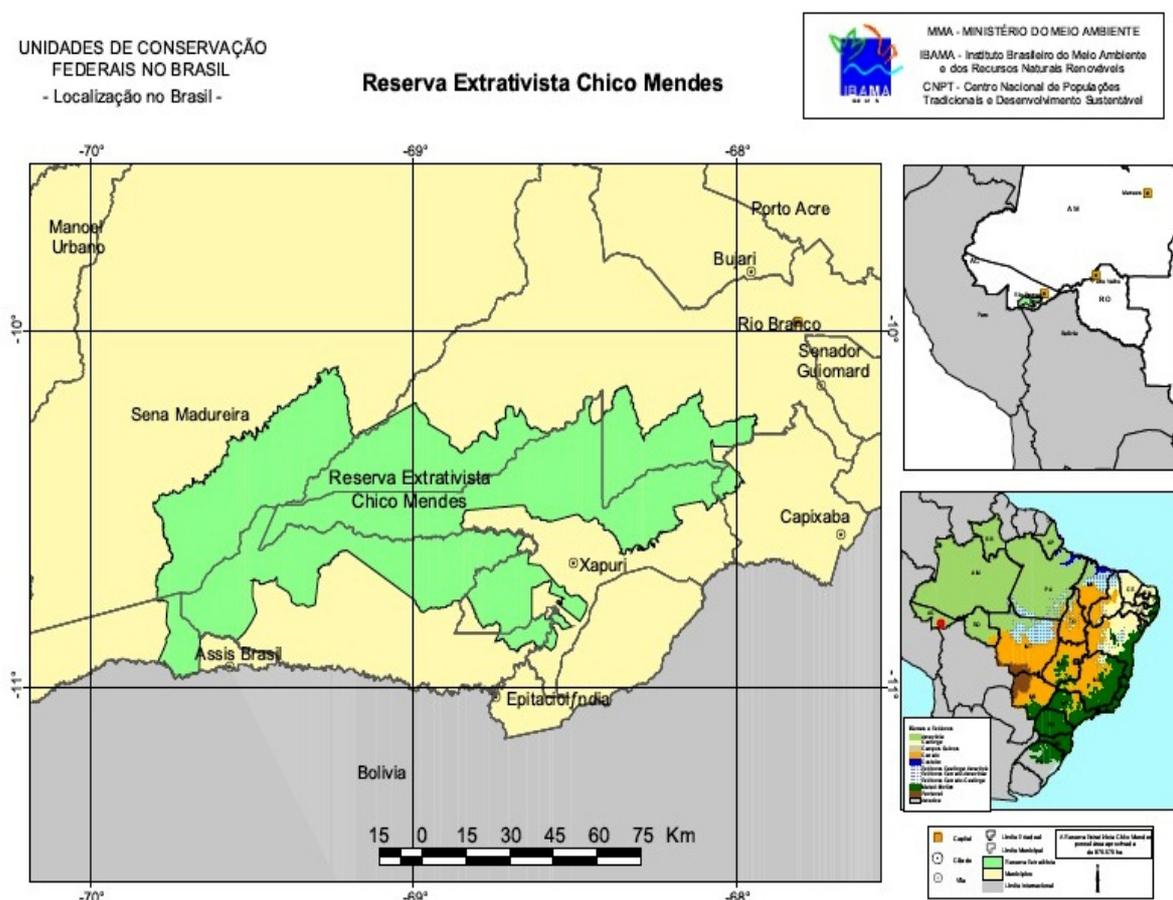


FIGURA 1: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES, ACRE, BRASIL.

A Reserva abrange os municípios de Assis Brasil, Brasília, Capixaba, Xapuri, Sena Madureira, Epitaciolândia e Rio Branco. O acesso à Reserva pode ser feito por via rodoviária pela BR-317 e por via fluvial, pelo Rio Xapuri e afluentes, exceto no período de seca, quando praticamente, não é possível a navegação devido ao baixo nível de água e à formação de enormes bancos de areia. Outro acesso viável é pela parte mais ocidental da Reserva, no município de Sena Madureira, pelo Rio Iaco e Rio Macauã e seus afluentes. Por via aérea, é possível chegar a todas as Cidades no entorno da Reserva que possuam campo de pouso, sendo o principal o Aeroporto Internacional de Rio Branco.

Segundo o relatório final mais recente do Diagnóstico Socioeconômico da Reserva Extrativista Chico Mendes, realizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA, 2010), resultado de um esforço conjunto de diversas instituições federais, estaduais e do movimento social, atualmente residem na RESEX Chico Mendes aproximadamente 2.000 famílias, perfazendo um total de 8.220 habitantes, com média de 4,11 membros em cada família. A faixa etária predominante é a adulta, entre 19 a 60 anos, que corresponde a 58,35%. As crianças e jovens totalizam 42,33% e os idosos 8,92%. Quanto ao gênero predominante, constata-se que há mais mulheres que homens, totalizando 55,46% da população. Esses indicadores sociais e econômicos não apresentam distorções com relação à realidade florestal no Acre, sobretudo no Vale do Rio Acre.

Cabe destacar, porém, a importância de se atualizar os indicadores sociais e econômicos em reservas extrativistas, uma vez que o último censo havia sido realizado no início da década de 1990, quando do processo de criação da RESEX.

A legislação atual prevê que a estrutura de gestão da RESEX, ou seja, a tomada de decisão sobre seu uso e o que vai ser de seu futuro, deve ser compartilhada entre o órgão público responsável por sua gestão, no caso o ICMBio e as populações extrativistas beneficiárias (representadas pelas associações, núcleos de base ou outras formas associativas).

O espaço institucional, regulamentado por lei, para que esse compartilhamento do poder para decidir, exercido pelo ICMBio e populações residentes, é o Conselho Deliberativo.

O Conselho Deliberativo da RESEX Chico Mendes foi criado pela Portaria IBAMA nº 28, de 22 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União - edição nº 98 - em 23 de maio de 2003, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à sua efetiva implantação, implementação do Plano de Manejo e ao cumprimento dos seus objetivos de criação.

Diversas associações existentes na área da RESEX Chico Mendes possuem dentre os seus objetivos apoiar as atividades sociais e produtivas desenvolvidas no local. Dentre estas atividades, as extrações da borracha e da castanha possuem destaque, representando os principais produtos extrativistas da RESEX. As associações auxiliam as atividades que visam garantir a subsistência dos extrativistas, como por exemplo, a criação de pequenos animais, apicultura e o beneficiamento de sementes, e ainda, na comercialização de produtos, facilitação de acesso ao capital de giro e fiscalização da RESEX (MELO, 2006).

As cooperativas são administradas conforme a vontade de seus associados, os quais definem prioridades com base em necessidades e objetivos estabelecidos, podendo-se dizer, então, que elas contribuem para o desenvolvimento das comunidades por meio da geração de empregos, produção, serviços e preservação do meio ambiente, mediante políticas aprovadas pelos associados. As principais atividades desenvolvidas pelas cooperativas da RESEX Chico Mendes são a compra, beneficiamento e armazenamento de borracha e castanha, além da busca de outras alternativas de renda, créditos e fornecimento de materiais de consumo.

Os núcleos de base representam a presença da associação na comunidade, possibilitando que essa associação possa atuar de forma mais eficiente e próxima às comunidades que representa. Esses núcleos são executores, monitores e avaliadores das ações implementadas na RESEX Chico Mendes. Através deles, a comunidade aprofunda seu conhecimento sobre a RESEX e sobre o que ocorre dentro e fora dela. Os Núcleos de Base promovem reuniões de caráter educativo onde são abordados temas de interesse das comunidades, tais como produção, comercialização, higiene, saúde, escola, lazer, entre outros. Além de ter um caráter educativo, os Núcleos de Base também realizam ações para melhoria do local (MAIA, 2006).

3.1 REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS DIRETAS

Para monitorar o Plano de Manejo da UC no intuito de captar seu estágio de execução e avaliar as implicações da execução deste sobre o cotidiano da RESEX e sua gestão, o procedimento metodológico utilizado foi a realização de entrevistas com aplicação de formulários previamente elaborados para dois públicos distintos da pesquisa, sendo:

- **Público 1** – representantes dos núcleos de base da área de jurisdição das Associações Concessionárias.

As perguntas contidas no formulário de entrevista são as seguintes:

- 1) Data de aplicação;
- 2) Nome do entrevistado;
- 3) Qual seu cargo no NB?
- 4) Nome da colocação e do seringal;
- 5) Nome do coordenador do NB;
- 6) Nome do substituto do NB;
- 7) Data de criação do NB;
- 8) Município;
- 9) Associação;
- 10) Onde o Sr. (sr^a.) nasceu?
- 11) Quantos filhos o Sr. (sr^a.) tem? Homens: Mulheres:
- 12) Assume ou já assumiu algum cargo na associação ou STR?
- 13) Morava em qual colocação na época da criação da Reserva?
Município;
- 14) Participou de alguma reunião para criar a reserva?
- 15) Alguém do NB participou de alguma reunião fora do estado para negociar a criação da reserva? Onde?
- 16) Quando foi a última eleição do NB?
- 17) Quando foi a última assembleia geral ou reunião do NB?

- 18) Quantas famílias o NB atende?
- 19) Quais os principais temas abordados nas assembleias/reuniões?
- 20) O NB passou por algum treinamento? Oficina? Reuniões? Quando?;
- 21) O NB participa de algum projeto de educação? Qual? Quem são os parceiros? Qual o problema do projeto? Quantos moradores participam?
- 22) Qual a escola utilizada pelos moradores?
- 23) O NB participa de algum projeto ambiental? Qual? Quem são os parceiros? Qual o problema do projeto? Quantos moradores participam?
- 24) O NB participa de algum projeto de saúde? Qual? Quem são os parceiros? Qual o problema do projeto? Quantos moradores participam?
- 25) Existe unidade de saúde próxima? Onde?
- 26) O Sr. (sr^a.) tem conhecimento do Plano de Manejo (PM) da Reserva?
- 27) A criação do PM foi discutido com a comunidade? Reuniões; Oficinas; Outros;
- 28) Como o Sr. (sr^a.) foi informado sobre o PM da reserva? ICMBio; Reuniões; Associação; Outros; Quando?
- 29) Algum projeto incluído no PM foi desenvolvido na comunidade? Qual?
- 30) O Sr. (sr^a.) tem alguma dúvida quanto ao PM da reserva? Qual?
- 31) O Sr. (sr^a.) faria alguma mudança no PM da reserva? Qual?
- 32) O Sr. (sr^a.) tem conhecimento quanto do Plano de Utilização da reserva?
- 33) A criação do Plano de Utilização foi discutido com a comunidade? Reuniões; Associação; Oficinas;
- 34) Como o Sr. (sr^a.) foi informado sobre o Plano de Utilização? Recebeu em sua colocação? ICMBio, Associação; Reuniões; Outros;
- 35) O Sr. (sr^a.) tem dúvidas quanto ao Plano de Utilização da reserva? Qual?

- 36) O que mudou depois da implementação do Plano de Utilização da Reserva?
- 37) O Sr. (sr^a.) faria alguma mudança no Plano de Utilização da reserva? Qual?
- 38) O Sr. (sr^a.) sabe a diferença entre o PM e o Plano de Utilização da reserva?
- 39) O Sr. (sr^a.) sabe qual a função do Conselho Deliberativo da reserva? Qual é?
- 40) O Sr. (sr^a.) já participou de alguma reunião do conselho? Quando?
- 41) Quando o Sr. (sr^a.) soube que o ICMBio passou a gerir a reserva?
- 42) Como o Sr. (sr^a.) foi informado? Reuniões; Associação; Outro: Quando?
- 43) Era melhor com o IBAMA ou o Sr. (sr^a.) acha que melhorou com o ICMBio? Por quê?
- 44) O que o Sr. (sr^a.) faria para melhorar a gestão do ICMBio?
- 45) O Sr. (sr^a.) acha importante a fiscalização?
- 46) Qual sua opinião sobre a fiscalização realizada pelo ICMBio?
- 47) O que o Sr. (sr^a.) mudaria na fiscalização do ICMBio?
- 48) Quando foi a última fiscalização na área do núcleo de base?
- 49) A comunidade é favor ou contra o PM madeireiro da reserva? Por quê?
- 50) O Sr. (sr^a.) gostaria de fazer alguma observação?

O **Público 1** foi determinado de acordo com a divisão geopolítica da RESEX que é estruturada em 5 zonas, onde cada associação é responsável por uma zona, sendo:

Zona 1 – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil (AMOPREAB) com 17 núcleos de base;

Zona 2: Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasília e Epitaciolândia (AMOPREBE) com 34 núcleos de base;

Zona 3: Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri (AMOPREX) com 20 núcleos de base;

Zona 4: Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista

Chico Mendes de Sena Madureira (AMOPRESEMA) com 6 núcleos de base; e

Zona 5: Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Capixaba e Rio Branco (AMOPRECARB) com 8 núcleos de base.

A figura 2, abaixo, fornece uma clara ideia da cobertura geográfica, extensa diga-se, de cada zona, que na totalidade fornecem representatividade expressiva a todas as comunidades residentes na UC.

Significa dizer que as decisões tomadas no Conselho Deliberativo da RESEX, com a representação dos núcleos de base expressam a vontade da maioria dos produtores que habitam a unidade.

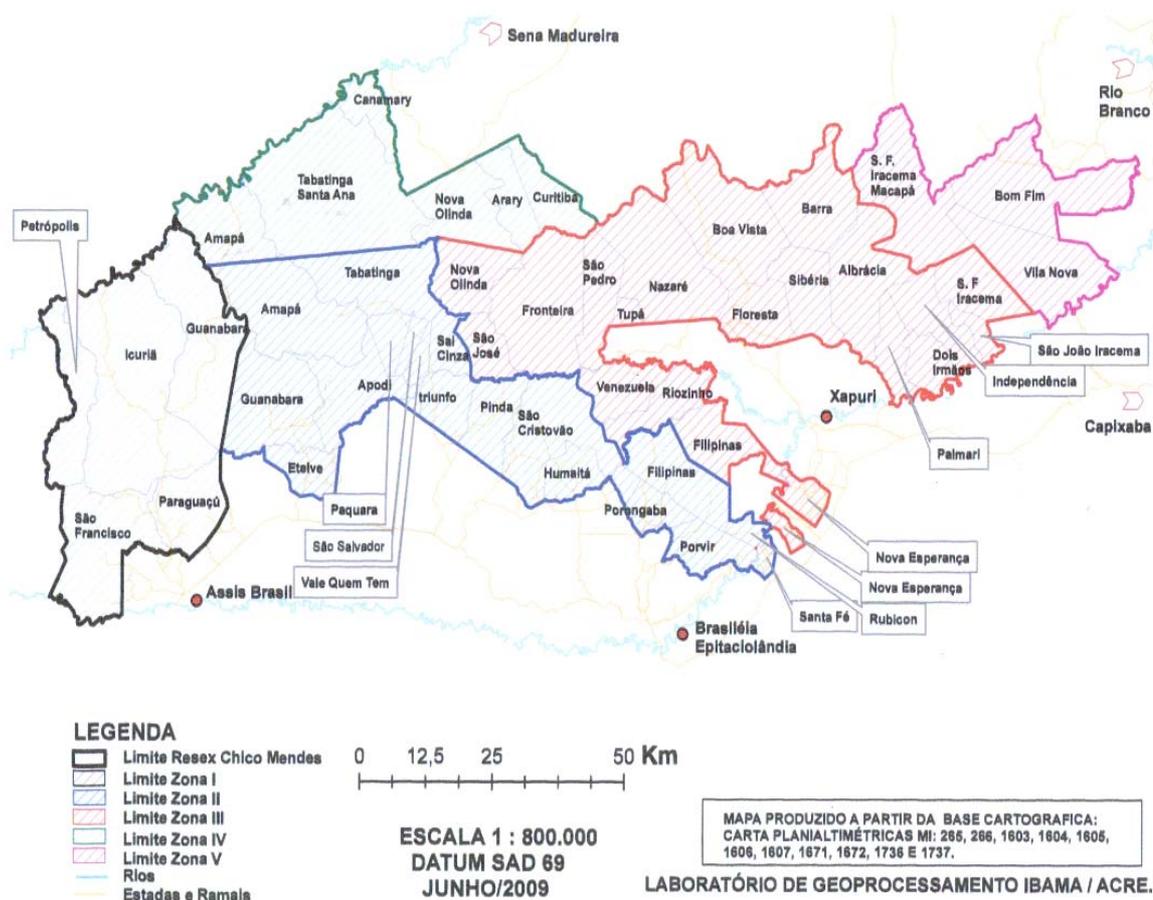


FIGURA 2: MAPA DA DIVISÃO GEOPOLÍTICA DA RESEX CHICO MENDES, ACRE, BRASIL.

A metodologia para definição do número de amostragem para o **Público 1** foi estabelecida considerando:

- O número total de habitantes da RESEX;
- O número total de habitantes da área de jurisdição de cada zona geopolítica;
- O número total de núcleos de base em cada área de jurisdição das zonas.

Na área da Associação dos Moradores de Capixaba e Rio Branco (AMOPRECARB) existem 652 habitantes, 8% do número total de habitantes de toda a reserva, por isso 8% dos núcleos de base ativos entrevistados, ou seja, 1 núcleo de base dos 8 existentes.

Da mesma maneira que na Associação dos Moradores de Sena Madureira (AMOPRESEMA), a aplicação do formulário será em 4% dos núcleos, o que corresponde a 1 núcleo de base entrevistados.

Enquanto que onde há o maior número de núcleos de base, na Associação dos Moradores de Epitaciolândia e Brasília (AMOPREBE), 37%, o que corresponde a 13 núcleos de base entrevistados.

Já na Associação dos Moradores de Assis Brasil (AMOPREAB), 17%, ou seja, 3 núcleos de base entrevistados.

E, finalmente na Associação dos Moradores de Xapuri (AMOPREX), 34% dos núcleos de base, serão entrevistados 7 núcleos de base.

No total serão entrevistados 29% dos núcleos de base da Reserva Extrativista Chico Mendes.

TABELA 1: RELAÇÃO DOS NÚCLEOS DE BASE A SEREM ENTREVISTADOS PARA AFERIÇÃO DO ESTÁGIO DE EXECUÇÃO DO PM NA RESEX CHICO MENDES EM 2012.

ASSOCIAÇÕES	Nº HABITANTE	PORCEN. Nº TOTAL HAB.	Nº TOTAL NÚCLEO DE BASE	Nº NÚCLEO DE BASE ENTREVISTADO
AMOPRECARB	652	8%	8	1
AMOPRESEMA	324	4%	6	1
AMOPREBE	3.008	37%	34	13
AMOPREAB	1.411	17%	17	3
AMOPREX	2.825	34%	20	7
TOTAL	8.220	100%	85	25

- **Público 2** – conselheiros representantes de entidades membro do conselho deliberativo da RESEX.

O formulário para este público é composto pelas seguintes perguntas:

- 1) Data de aplicação;
- 2) Nome do conselheiro;
- 3) Qual instituição representa? Município;
- 4) Que cargo ocupa na instituição?
- 5) Onde nasceu?
- 6) Onde mora?
- 7) Há quanto tempo é membro do CD da reserva extrativista Chico Mendes?
- 8) Há quanto tempo a instituição faz parte do CD desta reserva?
- 9) O Sr. (sr^a.) já representou outra instituição no CD desta reserva? Qual?
- 10) O Sr. (sr^a.) já foi membro do CD de outra unidade de conservação? Onde?
- 11) O Sr. (sr^a.) participou de reuniões para a criação desta reserva?
- 12) O Sr. (sr^a.) participou de reuniões para a criação do CD desta reserva?
- 13) O Sr. (sr^a.) sabe quais os principais objetivos do CD?
- 14) O que o Sr. (sr^a.) mudaria no CD desta reserva?
- 15) O Sr. (sr^a.) acha que o número de reuniões são suficientes?
- 16) O Sr. (sr^a.) acha que o conselho cumpre com o seu papel?
- 17) As decisões do conselho são executadas, colocadas em prática?
- 18) Quais as principais pautas da sua instituição levadas às assembleias?
- 19) O Sr. (sr^a.) acha importante que os representantes que faltam as reuniões sejam afastados do CD?
- 20) O Sr. (sr^a.) participou da criação do Plano de Manejo (PM) da reserva?
- 21) Qual sua opinião sobre o PM da reserva? Muito bom; Bom; Ruim; Péssimo;
- 22) O que o Sr. (sr^a.) mudaria no PM da reserva?
- 23) O Sr. (sr^a.) é contra ou a favor ao PM madeireiro na reserva? Por quê?
- 24) O Sr. (sr^a.) participou da criação do Plano de Utilização da reserva?

- 25) Qual sua opinião sobre o Plano de Utilização da reserva? Muito bom;
Bom; Ruim; Péssimo;
- 26) O que o Sr. (sr^a.) mudaria no Plano de Utilização da reserva?
- 27) O Sr. (sr^a.) gostaria de fazer alguma observação?

Com relação ao **Público 2**, foi realizado um levantamento censitário, ou seja, o formulário será aplicado em todos os representantes de instituições que são membros do conselho deliberativo da reserva, pois, de acordo com Gohn (2007), tratam-se de canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em prática que dizem respeito à gestão de bens públicos. Eles constituem, no início deste novo milênio, a principal novidade em termos de políticas públicas [...] conclui-se que eles são agentes de inovação e espaço de negociação dos conflitos.

Esses dois universos da pesquisa foram delimitados tendo em vista que entre os diversos meios de participação, esses se destacam por constituírem um dos espaços de maior aceitação para sociedade civil e governos na configuração do Estado e de políticas públicas específicas.

O conselho deliberativo da Reserva, de acordo com o que estabelece a portaria de nomeação do ICMBio, é composto pelas seguintes instituições e conselheiros representantes:

TABELA 2: RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E CONSELHEIROS QUE COMPÕEM O CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX CHICO MENDES.

PÚBLICO QUE REPRESENTA	INSTITUIÇÃO
Representantes dos Moradores e Produtores.	AMOPREBE
	AMOPREX
	AMOPREAB
	AMOPRESEMA
	AMOPRECARB
	Sindicato Rural dos Trabalhadores (SRT) de Xapuri
	Sindicato Rural dos Trabalhadores (SRT) de Brasília
	Sindicato Rural dos Trabalhadores (SRT) de Epitaciolândia
	Sindicato Rural dos Trabalhadores

	(SRT) de Assis Brasil
	Sindicato Rural dos Trabalhadores (SRT) de Sena Madureira
	Sindicato Rural dos Trabalhadores (SRT) de Rio Branco
Outras instituições membro que atuam na RESEX.	Cooperacre
	Prefeitura Municipal (PM) Brasiléia
	Polícia Militar do Estado do Acre – Xapuri
	Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA)
	Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)
	Prefeitura Municipal de Assis Brasil
	Prefeitura Municipal de Brasiléia
	Prefeitura Municipal de Epitaciolândia
	Prefeitura Municipal de Xapuri
	Prefeitura Municipal de Sena Madureira
	Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA)
	IBAMA
	Embrapa
	FUNASA
	Secretaria Estadual de Florestas (SEF)
	INCRA
Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX)	
Instituições Colaboradoras	Cooperacre
	Pesacre;
	EMBRAPA – Acre
	Universidade Federal do Acre – UFAC
	WWW – Brasil
	Banco GIZ
	Instituto Federal do Acre – IFAC Xapuri
	Secretaria de Turismo do Estado do Acre – SETUL
	SENAR
	Polícia Militar do Estado do Acre – Pelotão Florestal.
	Cooperfloresta
	Fundação de Tecnologias do Acre (FUNTAC)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 NÚCLEOS DE BASE (PÚBLICO 1)

Foram entrevistados, no total, 23 dos 85 núcleos de base existentes, ou seja, 27% dos representantes diretos da comunidade.

A dificuldade de acesso aos seringais devido há dias intensos de chuva, pois nos encontramos no inverno amazônico; as más condições dos ramais que dão acesso a esses locais; a grande distancia, muitas vezes, de um seringal ou colocação para a outra; e só há um motorista do ICMBio para suprir as necessidades dos municípios de Rio Branco, Xapuri, Epitaciolândia e Brasiléia, nos impediram de entrevistar diretamente todos os representantes dos núcleos de base da Resex Chico Mendes. Por isso, duas entrevistas foram realizadas por telefone e outras duas não puderam ser realizadas.



FIGURA 3: ENTREVISTANDO O SR. MAGAIVER COORDENADOR DO NÚCLEO DE BASE VILA NOVA.



FIGURA 4: RAMAL DE ACESSO AO NÚCLEO DE BASE EM ASSIS BRASIL.



FIGURA 5: ENTREVISTANDO O SR. JOSÉ FIDELIS COORDENADOR DO NÚCLEO DE BASE BARRACÃOZINHO EM ASSIS BRASIL.



FIGURA 6: ENTREVISTANDO A SR.ª. LUIZA, PRESIDENTE DA AMOPREBE, EM BRASÍLIA.



FIGURA 7: ENTREVISTANDO O SR. SEVERINO "SEU SILVA" COORDENADOR DO NÚCLEO DE BASE WILSON PINHEIRO II EM BRASÍLIA.



FIGURA 8: AS PÉSSIMAS CONDIÇÕES DOS RAMAIS NO MUNICÍPIO DE BRASÍLIA.



FIGURA 9: FORTE PRESENÇA DO GADO NO SERINGAL FILIPINAS EM BRASÍLIA.



FIGURA 10: ENTREVISTANDO O SR. JORGE DE ASSIS "SEU JORGE DO BEIJO" COORDENADOR DO NÚCLEO DE BASE VERDE FLORESTA EM BRASÍLIA.



FIGURA 11: ENTREVISTANDO O COORDENADOR DO NÚCLEO DE BASE LUA NOVA, SR. ANTÔNIO DA SILVA, EM XAPURI.



FIGURA 12: SR.ª MARIA LUCINEIDE “NEIDE”, COORDENADORA DO NÚCLEO DE BASE TRIUNFO. ENTREVISTA REALIZADA NO HOSPITAL DE BRASÍLIA.



FIGURA 13: SR. ADÃO JOSÉ RODRIGUES, SECRETÁRIO DO NÚCLEO DE BASE BOM SUCESSO EM BRASÍLIA.



FIGURA 14: SR. EDIMAR, COORDENADOR DO NÚCLEO DE BASE BOA ESPERANÇA EM BRASÍLIA.

Na área de jurisdição da Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri (AMOPREX), foram entrevistados 6 dos 20 núcleos de base existentes, sendo que deveriam ter sido entrevistados 7 representantes.

Na área da Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil (AMOPREAB), foram entrevistados 3 núcleos de base dos 17 existentes, sendo que o planejado seriam 4 representantes.

Na AMOPREBE, na área dos municípios de Epitaciolândia e Brasília, são 36

núcleos, tendo sido entrevistados 13, de acordo com o planejamento.

Não foi possível entrevistar o núcleo de base da área de jurisdição da Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Sena Madureira (AMOPRESEMA), devido a enorme distância do local.

Foi entrevistado 1 representante do núcleo de base dos municípios de Rio Branco e Capixaba, na área de jurisdição Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes (AMOPRECARB), sendo 8 núcleos no total.

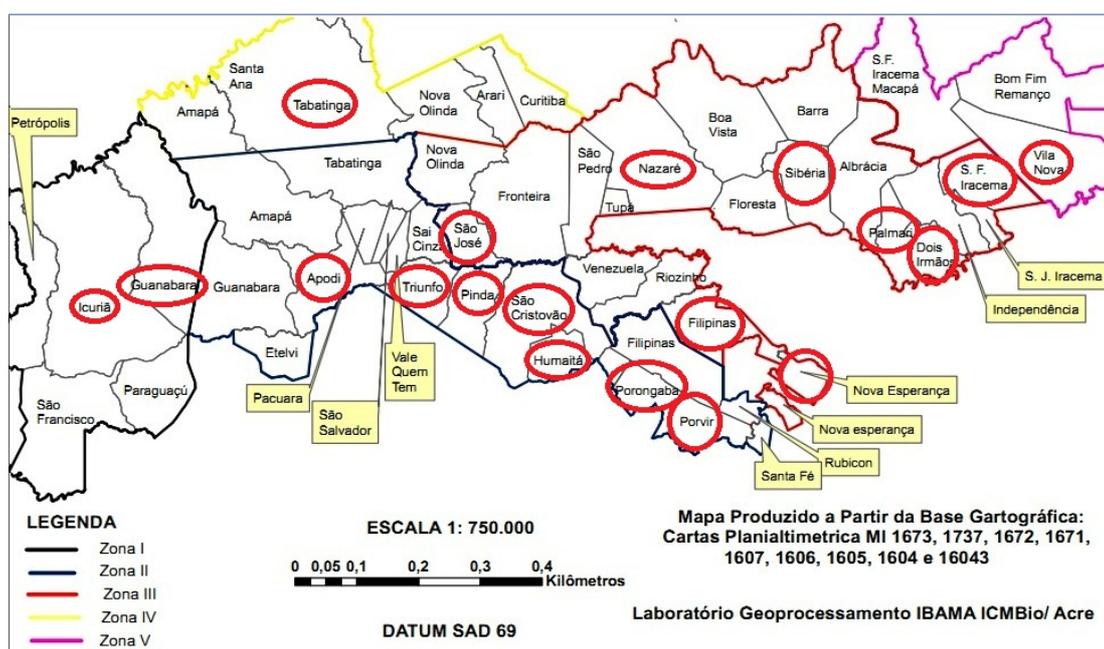


FIGURA 15: MAPA GEOPOLÍTICO DA RESEX CHICO MENDES DESTACANDO OS SERINGAIS ONDE OS NÚCLEOS DE BASE REPRESENTADOS NO TRABALHO ESTÃO LOCALIZADOS.

TABELA 3: RELAÇÃO DOS NÚCLEOS DE BASE ENTREVISTADOS PARA AFERIÇÃO DO ESTÁGIO DE EXECUÇÃO DO PM NA RESEX CHICO MENDES EM 2012.

ASSOCIAÇÃO	Nº HABITANTE	Nº TOTAL NÚCLEO DE BASE	Nº NÚCLEO DE BASE DEVERIA TER SIDO ENTREVISTADO	Nº NÚCLEO DE BASE ENTREVISTADO
AMOPRECARB	652	8	1	1
AMOPRESEMA	324	6	1	0
AMOPREBE	3.008	34	13	13
AMOPREAB	1.411	17	3	3
AMOPREX	2.825	20	7	6
TOTAL	8.220	85	25	23

TABELA 4: RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS NÚCLEOS DE BASE ENTREVISTADOS PARA AFERIÇÃO DO ESTÁGIO DE EXECUÇÃO DO PM NA RESEX CHICO MENDES.

ENTREVISTADO	CARGO	SERINGAL/COLOCAÇÃO	ASSOCIAÇÃO
Valdecir das Neves	Coordenador	Colocação Divisão	AMOPREAB
José Fidelis de Lima	Coordenador	Colocação Barracãozinho	AMOPREAB
Edigar Gonçalves da Silva	Coordenador	Colocação Natal	AMOPREAB
Francisco Pereira da Silva (Magaiver)	Coordenador	Colocação Vila Nova	AMOPRECARB
José Maria Pereira de Souza (Peruano)	Coordenador Substituto	Seringal Tabatinga, Olho D'Água,	AMOPREBE
Adão José Rodrigues	Secretário	Seringal São Cristóvão, Bom futuro	AMOPREBE
Maria Lucineide (Neide)	Coordenadora	Seringal Triunfo, Triunfo	AMOPREBE
Sandra Souza da Silva	Coordenadora	Seringal Humaitá, Mundo Novo	AMOPREBE
João Evangelista da Silva (Seu Joãozinho)	Coordenador	Seringal Porvir, São Luiz	AMOPREBE
Edimar de Lima Freitas	Coordenador	Seringal Filipinas, Água Limpa - São Francisco	AMOPREBE
Jorge de Assis de Lima (Seu Jorge do Beijo)	Coordenador	Seringal Filipinas, Penedo	AMOPREBE
Maria Rosa de Oliveira	Substituto	Seringal Rubicom, São José	AMOPREBE
Raimundo Nonato de Lima (Seu Soró)	Coordenador	Palmeiras II, Chácara Nobre	AMOPREBE
Severino da Silva Brito (Seu Silva)	Coordenador	Wilson Pinheiro II, Boa Água	AMOPREBE
Maria Ducila Bezerra da Silva de Moraes	Secretária	Seringal Porongaba, São Francisco	AMOPREBE

Antonio Rodrigues de Queiroz	Coordenador	Seringal Pinda, São João Batista BR 317 Km 59	AMOPREBE
José Roberto da Silva Bastos	Coordenador	Seringal Apodi, Revolta	AMOPREBE
Antônio da Silva	Coordenador	Seringal São Francisco, Lua Nova	AMOPREX
João Batista da Silva	Substituto	Seringal Dois Irmãos, Dois Irmãos	AMOPREX
Fernando Cavalcante de Oliveira	Coordenador	Seringal Nova Esperança, Maloca	AMOPREX
Raimundo Bento da Silva	Coordenador	Seringal Nazaré, Nova Vida	AMOPREX
Manoel de Assis Nogueira	Coordenador	Seringal Palmari, Cruzeiro	AMOPREX
Maria Alexandrina G. Silva	Coordenadora	Seringal Sibéria, Semitumba	AMOPREX

Com as entrevistas foi possível detectar que 65% dos representantes dos núcleos de base da Resex Chico Mendes moravam na reserva quando a mesma foi criada e 35% moravam na cidade. Na área de jurisdição da AMOPREX, todos os entrevistados nasceram na reserva.



GRÁFICO 1: Gráfico demonstrando a porcentagem de representantes dos núcleos de base entrevistados da Resex Chico Mendes que moravam na reserva na época da sua criação.

Os representantes dos núcleos de base da área de jurisdição da AMOPREX atendem de 7 a 150 famílias. Na área de jurisdição da AMOPRECARB o núcleo atende 37 famílias, a AMOPREAB atende de 12 a 18 famílias e a AMOPREBE atende uma média de 26 famílias.

Participaram de reuniões para a criação da Resex Chico Mendes 52%, ou seja, 12 entrevistados. Desses, 8 foram à Brasília para discutirem a criação da unidade.



GRÁFICO 2: Porcentagem dos representantes dos núcleos de base entrevistados da Resex Chico Mendes que participaram ou não de reuniões para a criação da unidade.

A maioria dos núcleos de base realizam reuniões periódicas, por exemplo: de dois em dois meses, no último domingo do mês. Somente na área de jurisdição da AMOPRECARB, a última reunião realizada foi em 2009, juntamente com a eleição do representante do núcleo.

Os principais temas abordados nas reuniões são: melhoria dos ramais; escoamento da produção; preço da borracha e castanha; benefícios para a comunidade; educação e saúde.

Com relação aos treinamentos oferecidos aos representantes dos núcleos, 12 (52%) informaram que participaram de reuniões ou oficinas e 11 (48%) não participaram. Assim como em relação à educação, 52% dos entrevistados,

afirmaram que a comunidade participa de algum projeto relacionado à educação, como: Alfa 100, Asas da Florestania e Asinhas; EJA. Todos os entrevistados disseram que na comunidade existe, pelo menos, uma escola de nível fundamental.

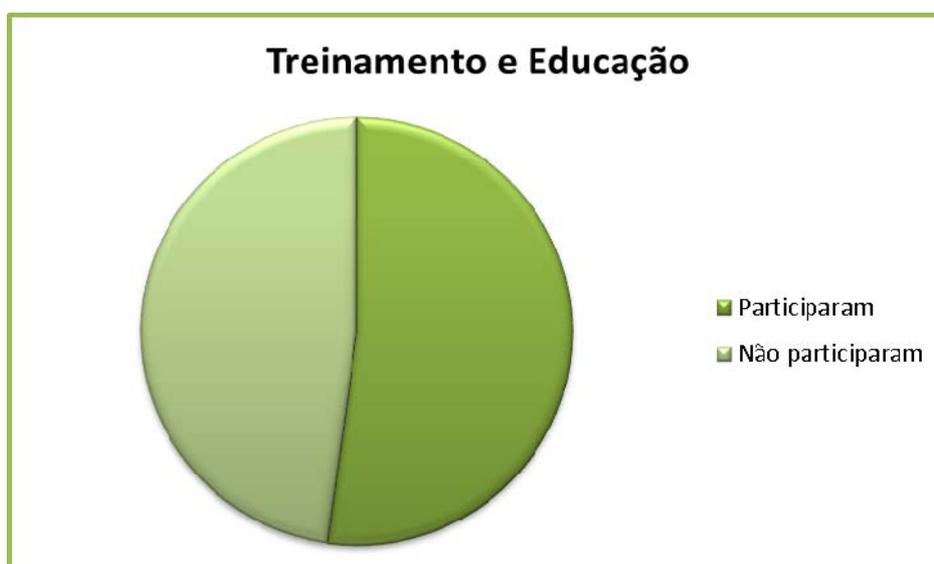


GRÁFICO 3: Porcentagem dos representantes dos núcleos de base entrevistados da Resex Chico Mendes que participaram de treinamento e projetos relacionados a educação.

De acordo com os representantes, 65% alegaram que participam de projetos relacionados ao meio ambiente, como: Projeto Mudas, Quintal Florestal em parceria com a Embrapa; Manejo Madeireiro e não-madeireiro comunitário e capacitação de coleta de produtos florestais não-madeireiros. Na área de jurisdição da AMOPREBE, 85% dos entrevistados afirmaram participar de projetos ambientais.

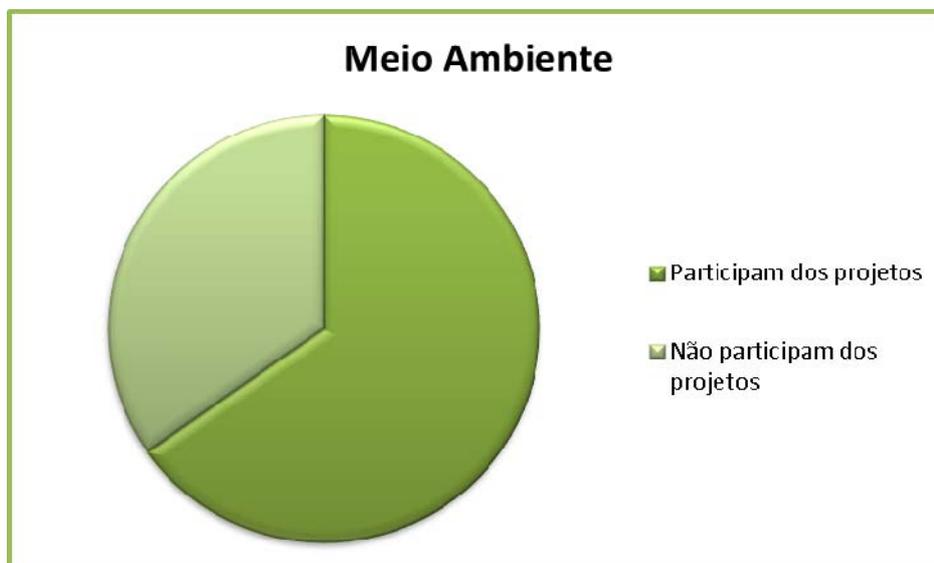


GRÁFICO 4: Porcentagem dos representantes dos núcleos de base entrevistados da Resex Chico Mendes que participam de projetos relacionados ao meio ambiente.

Na área de jurisdição da AMOPREAB, todos os entrevistados responderam que existe um Agente de Saúde na comunidade, na área da AMOPREBE, 11 dos 13 representantes afirmaram a mesma coisa, na AMOPREX, 3 representantes não possuem Agentes de Saúde, assim como na AMOPRECARB. Ou seja, 65% das comunidades aqui amostradas, possuem Agente de Saúde.

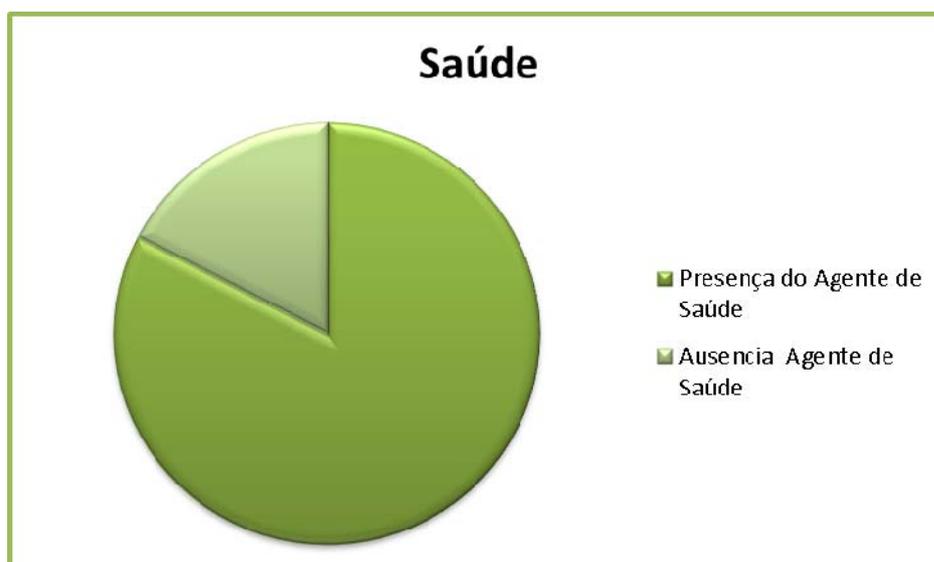


GRÁFICO 5: Porcentagem dos representantes dos núcleos de base entrevistados da Resex Chico Mendes que possuem Agente de Saúde na comunidade.

Ainda sobre saúde, 96% dos representantes entrevistados, afirmaram que não possui uma unidade de saúde próxima. Na área de jurisdição da AMOPREBE, a distância média da comunidade até o posto de saúde mais próximo é de 43 km.

Sobre a pergunta se conhecem o Plano de Manejo da Resex Chico Mendes, 20 dos 23 entrevistados, ou seja, 87% dos representantes o confundiram com o Plano de Manejo Madeireiro da unidade. Uma realidade diferente quando analisamos as entrevistas da área de jurisdição da AMOPREAB, em que todos os representantes afirmaram conhecer o Plano. Ainda, com relação ao Plano de Manejo, todos afirmaram que o mesmo não foi discutido com a comunidade, e apenas os representantes de Assis Brasil foram informados da criação do plano por meio da associação.



GRÁFICO 6: Porcentagem dos representantes dos núcleos de base entrevistados da Resex Chico Mendes que conhecem o Plano de Manejo da unidade.

Os representantes entrevistados da área de jurisdição da AMOPREAB informaram que os projetos incluídos no Plano de Manejo da unidade implementados foram: luz para todos; auxílio moradia e manejo não madeireiro. Na área de jurisdição da AMOPREBE, o único projeto informado pelo “Seu Silva” do núcleo de base Wilson Pinheiro II, foi o Castanhacore desenvolvido pela Embrapa, os

demais não souberam informar.

Quando foi perguntado se os representantes tinham alguma dúvida sobre o Plano de Manejo da Resex Chico Mendes, 19 não souberam dizer, pois não conhecem o trabalho. Um representante disse não ter dúvidas e 1 questionou por que o plano não funciona na prática da mesma forma que está escrito.

Com relação se fariam alguma mudança no Plano de Manejo da unidade, um representante do município de Assis Brasil disse que concederia aos moradores o uso da madeira caída naturalmente para construírem suas casas e outro morador de Brasília disse que proibiria o Plano de Manejo Madeireiro na unidade, pois a reserva foi criada para proteger a floresta e não desmatá-la.

Sobre o Plano de Utilização da Resex Chico Mendes, 96% dos representantes entrevistados afirmaram conhece-lo. Somente 1 representante da área de jurisdição da AMOPREX, Sr. Antônio da Silva do Seringal São Francisco - Colocação Lua Nova, não conhece o plano.



GRÁFICO 7: Porcentagem dos representantes dos núcleos de base entrevistados da Resex Chico Mendes que conhecem o Plano de Utilização da unidade.

Os 22 representantes que conhecem o Plano de Utilização, disseram que o documento foi discutido com a comunidade e que foram informados por meio das associações, em sua maioria. Sobre a existência de dúvidas quanto ao plano, 15

afirmaram não haverem dúvidas, ou seja, 65% dos entrevistados. E os 8 (35%) restantes disseram que as dúvidas são com relação a quantidade da área (colocação) que pode ser desmatada para a criação do gado e a proibição do uso do fogo, pois os mesmos afirmam que não tem outra alternativa para substituírem essa prática.

Ao serem perguntados o que mudou depois da implementação do Plano de Utilização da Resex Chico Mendes, os representantes dos núcleos de base responderam, em sua maioria, que assaram a conhecer as normas, diminuição da retirada ilegal de madeira e a caça com cachorro, e o aumento da conscientização dos moradores.

As principais mudanças que 52% dos representantes dos núcleos de base fariam no Plano de Utilização da reserva são: diminuição da área destinada para desmatamento; proporia uma alternativa em substituição à utilização do fogo e acrescentaria um preço mínimo para a produção dos produtos nativos da unidade.

Com relação à diferença entre o Plano de Manejo e o Plano de Utilização, 87% dos representantes dos núcleos de base entrevistados informaram não saberem.

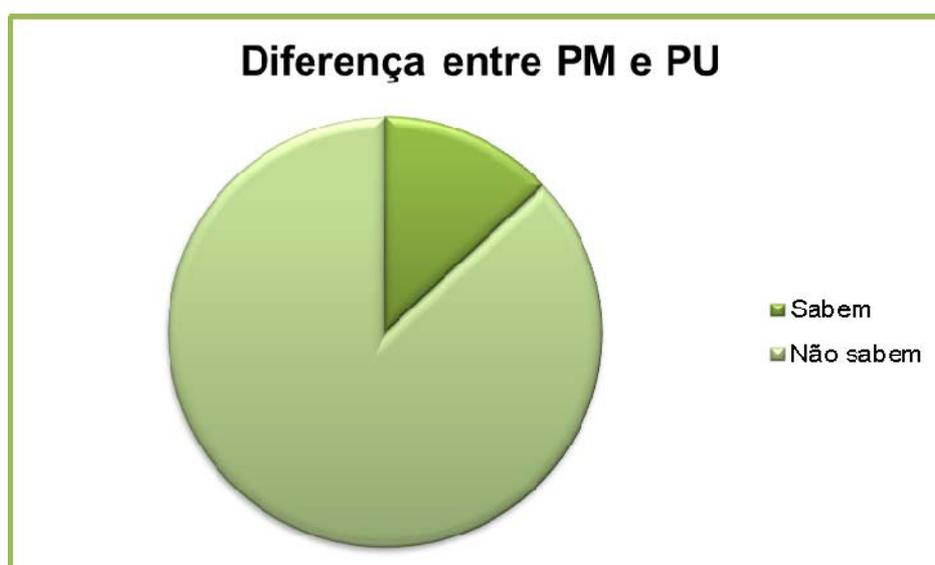


GRÁFICO 8: Porcentagem dos representantes dos núcleos de base entrevistados da Resex Chico Mendes que não sabem a diferença entre o Plano de Manejo e o Plano de Utilização da unidade.

Dos 12 representantes que afirmaram saber a função do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes, somente 4 souberam explicar. 11 representantes não sabem a função do conselho e 13 representantes afirmaram já ter participado de reuniões do conselho.



GRÁFICO 9: Demonstração dos representantes dos núcleos de base entrevistados da Resex Chico Mendes que conhecem a função do Conselho Deliberativo da reserva.

Na área de jurisdição da AMOPREX, os representantes dos núcleos de base da Resex Chico Mendes afirmaram terem sido informados entre os anos de 2007 a 2011, em sua maioria pela associação, que o Instituto Chico Mendes de Meio Ambiente e Conservação (ICMBio) passaria a gerir a unidade. O representante da área da Associação de Rio Branco e Capixaba disse ter sido informado em 2007 pelo IBAMA. Os entrevistados da área de jurisdição da AMOPREAB foram informados, em sua maioria, pela associação entre os anos de 2007 a 2009. Na área da AMOPREBE, os representantes disseram terem sido informados entre os anos de 2007 a 2011 por meio da associação, somente o Sr. Raimundo Nonato de Lima (“Seu Soró”), coordenador do núcleo Palmeiras II, disse ter sido informado através da televisão.

Com relação à mudança do órgão de gestão da reserva do IBAMA para o ICMBio, 67% dos representantes disseram estarem satisfeitos com o ICMBio, pois eles tem mais acesso ao órgão; 6 informaram que não houve mudança e o Sr. José Fidelis de Lima da área de jurisdição da AMOPREAB afirmou que era melhor com IBAMA pois tinha mais fiscalização.

Quando perguntados sobre o que fariam para ajudarem a melhorar a gestão da reserva, os representantes disseram, em sua maioria, que aumentariam a fiscalização, maior participação do ICMBio nas reuniões dos núcleos de base e acabariam com a entrada ilegal de pessoas que não tem perfil extrativista.

O senhor Manoel de Assis Nogueira representante do núcleo de base Palmarí, da área de jurisdição da AMOPREX, foi o único a não concordar com a importância da fiscalização na reserva.

Sobre a fiscalização realizada pelo ICMBio, 7 núcleos nunca foram fiscalizados; 2 não quiseram responder; 2 disseram serem poucas fiscalizações; 8 representantes disseram que a fiscalização é boa e 2 falaram sobre o caso isolado em que os agentes chegaram armados e pessoas foram agredidas. A última fiscalização realizada nos núcleos que já foram fiscalizados, de acordo com as informações cedidas pelos representantes foi em 2012, uma na AMOPRECARB e duas na AMOPREBE.

Com relação ao Plano de Manejo Madeireiro, 52% dos representantes informaram que são a favor do plano, pois afirmam ser uma renda há mais para a comunidade. O senhor Raimundo Bento do Nascimento do núcleo de base Nova Vida - Seringal Nazaré (AMOPREX), disse que assinou concordando com o plano, mas ele é contra, pois acredita que o barulho das máquinas dentro da floresta afasta a caça. Dois representantes informaram não conhecerem o plano.



GRÁFICO 10: Demonstração dos representantes dos núcleos de base entrevistados da Resex Chico Mendes que são a favor do Plano de Manejo da unidade.

Perguntados se gostariam de fazer alguma observação sobre as perguntas realizadas, os representantes dos núcleos de base pediram melhorias nos ramais, presença do ICMBio nas reuniões, mais incentivoS do governo do estado e proibição da venda de colocações para aqueles que querem realizar atividade agropecuária dentro da reserva.

4.2 CONSELHO DELIBERATIVO (PÚBLICO 2)

O Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes é composto por 29 membros, tendo sido entrevistado 12 conselheiros, ou seja, 41% do Conselho. Foi enviado e-mails para os demais, mas não obteve-se resposta e os mesmos não participaram da X Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da unidade, realizada nos dias 11 e 12 de março de 2013.

TABELA 5: RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO ENTREVISTADOS PARA AFERIÇÃO DO ESTÁGIO DE EXECUÇÃO DO PM NA RESEX CHICO MENDES.

CONSELHEIRO	INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	CARGO	PÚBLICO QUE REPRESENTA
Sebastião Nascimento de Aquino	AMOPREX	Presidente	Representante da comunidade
Luiza C. da Silva Caldas	AMOPREBE	Presidente	Representante da comunidade
Júlia Feitosa da S. Dias*	Governo do Estado do Acre	Coordenadora de Projetos e Processos em Rio Branco	Instituição Governamental
Antônio Batista de Araújo	AMOPREAB	Presidente	Representante da comunidade
Edivirges Barbosa Mendonça	STR Assis Brasil	Presidente	Representante da comunidade
Dercy Teles de Carvalho Cunha	STR Xapuri	Presidente	Representante da comunidade
Maria José N. de Albuquerque	Coordenadora Geral	Centro dos Trabalhadores da Amazônia – CTA	Instituição não governamental
Jakeline Bezerra Pinheiro	Secretaria de Meio Ambiente do Estado – SEMA	Gestora de Políticas Públicas	Instituição Governamental
Raimundo Pereira Lima	AMOPRESEMA	Diretor Financeiro	Representante da comunidade
Anacleise Vieira Alves	Secretaria de Meio Ambiente de Brasília	Gerente de Meio Ambiente	Instituição Governamental
Francisco Ramalho de Souza	Cooperativa Agroextrativista de Xapuri	Secretário	Representante da comunidade
Domingos Barbosa de Carvalho	AMOPRECARB	Presidente	Representante da comunidade

*Júlia Feitosa não é membro da atual composição do conselho, mas já fez parte do mesmo, estando envolvida nos assuntos relacionados à Resex desde a sua criação. Participa de todas as reuniões do conselho e, por isso, seu ponto de vista é tão importante.

Dos 12 conselheiros da Resex Chico Mendes entrevistados, 9 deles são membros há mais de 4 anos, 75%. Oito membros são representantes da comunidade, três são representantes do governo e um de instituição não governamental. Todos os presidentes das associações concessionárias foram

entrevistados.



GRÁFICO 11: Demonstração do público que os membros do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes entrevistados representam.

Ao serem perguntados se já representaram outra instituição no Conselho da Resex Chico Mendes, 67% dos entrevistados responderam que não. E 83% nunca fizeram parte do Conselho de outra unidade de conservação.

A metade dos conselheiros entrevistados não participaram de reuniões para criação da Resex Chico Mendes

Dos entrevistados, 42%, participaram de reuniões para a criação da Resex Chico Mendes, e 50% participaram de reuniões para a criação do Conselho Deliberativo da unidade.

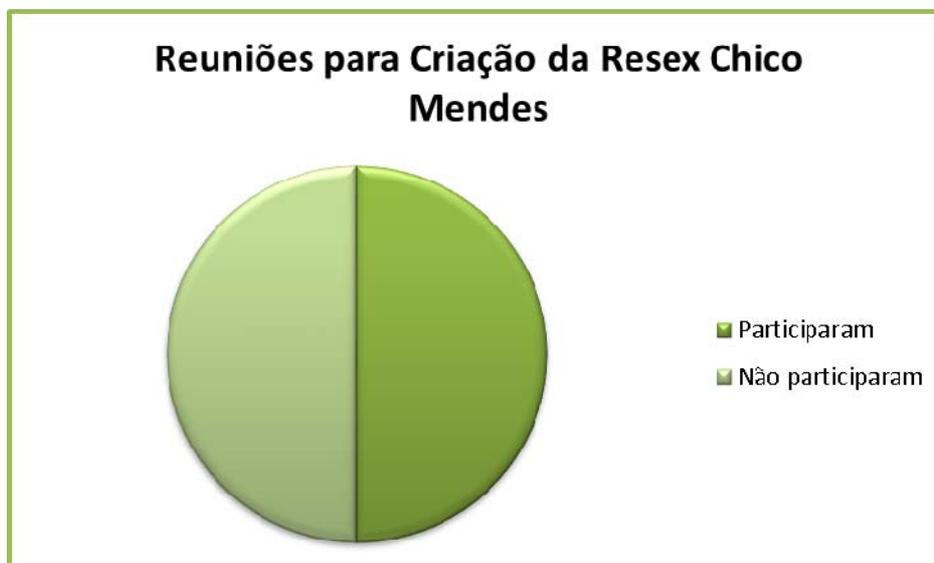


GRÁFICO 12: Demonstração dos membros do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes que participaram de reuniões para a criação da unidade.

Todos os entrevistados afirmaram conhecer os principais objetivos do Conselho Deliberativo, e 75% descreveram quais são.

As principais mudanças que os representantes do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes fariam são: garantir maior participação das instituições que representam a comunidade; garantir a autonomia do conselho e mais reuniões; garantir revezamento da presidência do Conselho.

Quanto ao número de reuniões, 67% dos entrevistados disseram que o número de reuniões são suficientes para o cumprimento das funções do conselho.



GRÁFICO 13: Demonstração da satisfação do número de reuniões do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes.

Ao serem perguntados se o Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes cumpre o seu papel, 4 conselheiros disseram que cumprem parcialmente, 4 disseram não e 4 disseram sim. Quanto as decisões do conselho, 58% dos entrevistados afirmaram que as decisões do conselho são parcialmente executadas, 1 membro disse que as decisões não são executadas e o restante disse que as decisões do conselho são colocadas em prática.

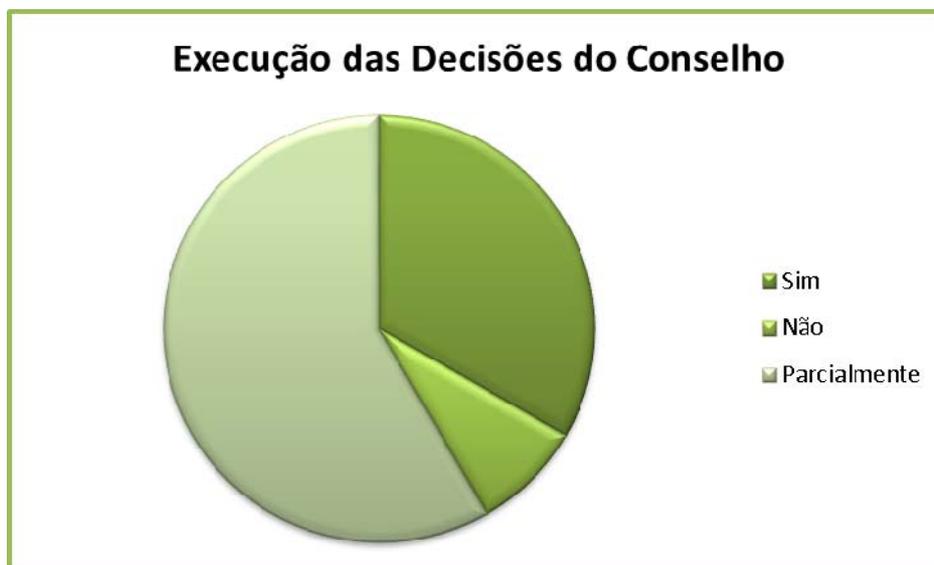


GRÁFICO 14: Demonstração da opinião dos membros do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes quanto a execução das decisões.

As principais pautas que os conselheiros levam às reuniões da instituição que representa são: ocupação irregular de colocações; compra e venda ilegal de colocações; manejo florestal na reserva e ausência de fiscalização.

Com relação ao afastamento dos membros do conselho que faltam às reuniões, 83% dos entrevistados disseram que os faltosos devem ser punidos após avaliação dos motivos da ausência.

Dos 12 entrevistados, 7 não participaram de reuniões para a criação do Plano de Manejo da Resex Chico Mendes, ou seja, 58% dos entrevistados. Dos 5 presidentes das Associações Concessionárias, somente o Sr. Domingos Barbosa, presidente da AMOPRECARB não participou.



GRÁFICO 15: Demonstração do percentual de membros do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes que participaram de reuniões para a criação do Plano de Manejo da unidade.

Foi perguntado aos membros do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes, a sua opinião sobre o Plano de Manejo da unidade, 92% dos entrevistados, ou seja 11 membros, responderam que o Plano é bom e o restante, 1 membro, respondeu que é péssimo.



GRÁFICO 16: Demonstração da opinião dos membros do Conselho Deliberativo quanto ao Plano de Manejo da Resex Chico Mendes.

A maioria dos membros do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes não fariam mudanças no Plano de Manejo da unidade e sim fariam uma atualização e recontextualização do seu papel e corrigiriam informações distorcidas.

Sobre o Plano de Manejo Madeireiro, 83% dos membros do Conselho entrevistados informaram que são a favor do plano na unidade.



GRÁFICO 17: Demonstração dos membros do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes que são a favor do Plano de Manejo Madeireiro da unidade.

A metade dos representantes do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes não participaram de reuniões para a criação do Plano de Utilização da unidade.



GRÁFICO 18: Demonstração dos membros do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes que participaram de reuniões para a criação do Plano de Utilização.

Ao serem perguntados sua opinião sobre o Plano de Utilização da Resex Chico Mendes, 58% dos membros do Conselho Deliberativo entrevistados afirmaram que é bom; 25% muito bom e 17% ruim ou péssimo.

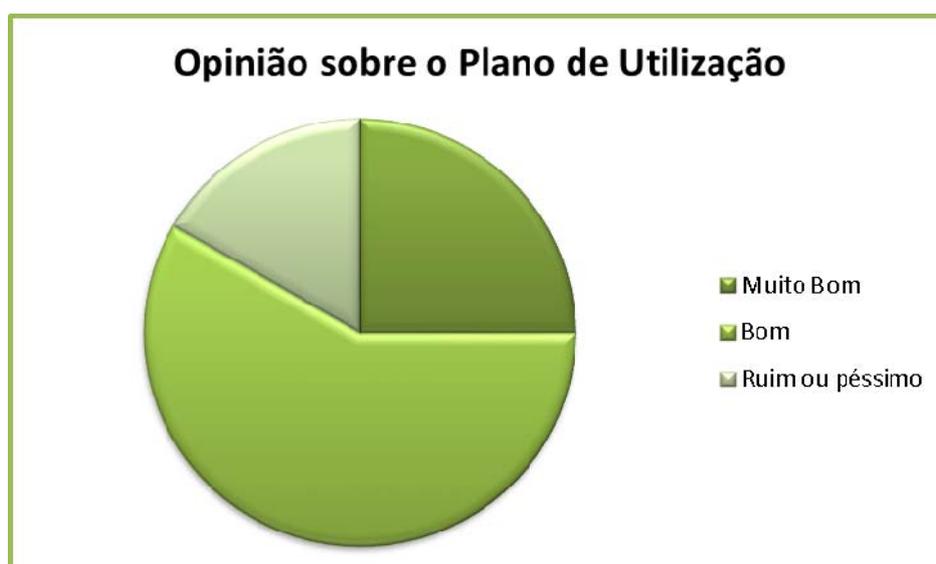


GRÁFICO 19: Demonstração da opinião dos Conselheiros entrevistados sobre o Plano de Utilização da Resex Chico Mendes.

Os membros do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes entrevistados, disseram que as principais mudanças que fariam no Plano de Utilização da unidade seriam: proibir a venda de colocações para pessoas que não tem perfil de extrativista; retornaria ao primeira plano discutido com a comunidade e fariam mais restrições para a atividade pecuária.

Perguntados se gostariam de fazer alguma observação, Tião Aquino, presidente da AMOPREX disse que a reserva demonstra nesses 23 anos que é ambientalmente viável, que freia o desmatamento, demonstra garantir a sustentabilidade e está avançando economicamente. A sr^a. Dercy Teles, presidente do STR Xapuri disse que a exploração madeireira empresarial dentro da Resex, contraria todo objetivo para o qual a reserva foi idealizada, e deixa claro que o Governo não tem nenhuma preocupação com a questão Ambiental.

5 CONCLUSÕES

Foram entrevistados 23 representantes dos Núcleos de Base (Público 1), localizados em 19 seringais e 12 membros do Conselho Deliberativo (Público 2) da Resex Chico Mendes.

Com relação ao Público 1, conclui-se que na área de Jurisdição da Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri, todos os entrevistados nasceram na reserva e a maioria fez parte de movimentos sociais na época da criação da reserva, talvez por isso, observa-se uma maior conscientização ambiental dos moradores, o legado deixado pelo seringueiro Chico Mendes. Contudo, os núcleos de base estão mais desorganizados, quase nenhum foi contemplado com oficinas e treinamentos pelo ICMBio.

Na área de Jurisdição da Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasiléia, pode-se observar que há uma organização mais efetiva e maior participação da comunidade nas reuniões e discussões. Entretanto, é a área com maiores casos de fracionamento de colocação, venda ilegal de terra e outros conflitos entre os moradores. Talvez devido a grande pressão realizada pelos fazendeiros na compra das colocações destinada à pecuária. Após o declínio da borracha e o baixo preço da castanha, alguns seringueiros tiveram que vender suas colocações para os fazendeiros. O ICMBio vem tentando, por meio de treinamento, oficinas e reuniões garantir a participação da comunidade na gestão compartilhada, unindo ICMBio (órgão gestor), Governos Estadual e Municipais e a População Tradicional da Reserva.

Os projetos relacionados ao meio ambiente, onde 65% dos coordenadores informaram participar, precisam fazer parte da reserva inteira, efetivando a sustentabilidade social e ambiental nessas áreas.

O Plano de Manejo foi realizado de maneira a suprir uma necessidade burocrática do seu órgão gestor, não tendo sido discutido com a comunidade, somente com o Conselho Deliberativo. Por isso, 87% dos representantes dos núcleos de base o confundiram com o Plano de Manejo Madeireiro da unidade.

O Diagnóstico Socioeconômico e Cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes, coordenado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre em 2009, que atingiu aproximadamente 95% dos domicílios na reserva, onde 30,83% dos entrevistados afirmaram ter conhecimento da existência do Plano de Utilização da Resex Chico Mendes, enquanto que 56,86% não o conheciam e 12,31% sequer sabiam da sua existência. Uma realidade diferente encontrada neste trabalho, onde 96% dos representantes dos núcleos de base conhecem o Plano. Uma afirmação positiva, pois este Plano estabelece as normas que a população deve obedecer para residir na reserva.

Com relação ao Público 2, a maioria dos membros do Conselho são representantes da comunidade e fizeram parte do processo de criação da Resex Chico Mendes. Mais da metade dos membros do conselho não fizeram parte da criação do Plano de Manejo, devido ao Plano não ter sido discutido com a comunidade (maior parte do conselho), somente com o Conselho Deliberativo da época, muitos dos conselheiros não fazem mais parte da atual composição. Apesar disso, 92% dos conselheiros entrevistados estão satisfeitos com o Plano, mesmo assim, fariam uma atualização e uma recontextualização do seu papel e corrigiriam informações distorcidas.

Um dos objetivos da criação da Resex Chico Mendes foi frear o desmatamento na região, sendo confirmado por diversos estudos, ou seja, a Resex Chico Mendes realiza uma barreira contra o desmatamento em grande escala. O Plano de Manejo estabelece que a área da reserva que pode ser desmatada por morador (para fins de produção e subsistência) é de 10% da colocação. Assim, de acordo com o Diagnóstico Socioeconômico e Cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes, com 8,19% da área total de seu território desmatada, mostra-se eficiente como política de conservação ambiental nestes vinte e três anos.

Outro objetivo de sua criação foi conciliar o desenvolvimento econômico da população extrativista com a conservação do meio ambiente. Por isso, é necessário fortalecer a organização social para que a população tradicional da Resex Chico Mendes possa fazer parte do processo de desenvolvimento da região, bem como, viver em harmonia com os recursos naturais, usufruindo da riqueza que o meio

ambiente oferece, sem esquecer dos preceitos da sustentabilidade. É necessário acabar com o fracionamento das colocações, estabelecendo leis mais rígidas aqueles que a descumprirem. É necessário também retirar os fazendeiros e todos aqueles que não têm perfil extrativista.

Finalmente, para os objetivos propostos para esse trabalho pode-se sugerir que:

- O Plano de Manejo da Resex Chico Mendes, de acordo com a Lei do SNUC, deve ser revisado com a ampla participação da comunidade residente na reserva de cinco em cinco anos;
- Os programas e subprogramas incluídos no Plano de Manejo devem ser avaliados e atualizados de acordo com as necessidades da comunidade;
- No subprojeto Saúde incluído no Plano de Manejo, foi sugerido várias ações que não foram implementadas, como a melhoria de infraestrutura e dos serviços de atendimento nas Unidades de Saúde já existentes, não sendo constatado Unidades de Saúde na comunidade, somente Agentes de Saúde;
- No subprograma Educação, foi sugerido melhorias como a construção de novas escolas, inclusive escolas de ensino médio. Neste trabalho verificou-se que todos os entrevistados informaram que na comunidade existe, pelo menos, uma escola de nível fundamental;
- No Plano de Manejo da unidade, foram recomendadas ações para apoiar o acesso à assistência técnica, novas tecnologias e aquisição de equipamento, elaborar um Plano de Manejo da Borracha, entre várias outras, e nenhuma dessas ações foram verificadas neste trabalho;
- Os pontos fracos na operacionalização do PM e na consequente gestão da Resex estão ligados a pouca participação da comunidade na realização dos programas propostos, na falta de execução das políticas públicas de incentivo à comunidade, pois muito se tem escrito,

mas pouco se tem feito. E na anterior gestão do ICMBio, onde não haviam analistas ambientais suficientes para suprir as necessidades da reserva;

- Um dos pontos fortes na operacionalização do PM e na consequente gestão da Resex é a possibilidade da realização de uma avaliação da reserva como um todo. O PM é um documento consistente, contendo todas as informações sobre a reserva e a população que lá reside, devendo ser atualizado. Outro ponto forte é com relação a atual gestão da unidade que tem objetivos claros de resolver os maiores problemas, que são: fracionamento e venda irregular de colocações e fiscalização. Esta gestão conta hoje com oito analistas ambientais, todos coordenando uma ação na gestão da unidade e também contam com um acordo de Gestão Compartilhada com o Governo do Estado Gestão.

REFÊNCIAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II: documento Síntese – Escala 1:250.000.** Rio Branco: SEMA, 2006. 356 p.

ACRE, Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II: (Escala 1:250.000): Documento Síntese.** 2 ed. Rio Branco: SEMA, 2010. 356 p.

ALMEIDA, M. Acre - Reserva Extrativista do Alto Juruá. **O Destino da Floresta: Reservas Extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia.** Rio de Janeiro, Relume Dumará; Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais e Fundação Conrad Adenauer, 1994.

ALMEIDA, M. W. B. de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, nº 55. Junho 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a03v1955.pdf>> Acesso em: janeiro de 2013.

ALVES FILHO, A.; JUNIOR A. J.; NETO MAIA, J. **Pontos de História da Amazônia.** Vol. II. 2 ed. Belém: Paka-Tatu, 2000. 100 p.

ARAÚJO, M. A. R. **Unidade de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial.** Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. Disponível em: < http://www.ract.com.br/UCs_Brasil.pdf > Acesso em: outubro de 2012.

ARRUDA, R. S. V. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.** Vol. 1. Conferências e Palestras, pp. 262-276. Curitiba, Brasil, 1997.

BRASIL, **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.** Estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5 ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004, 56 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. **Roteiro técnico para a elaboração/revisão de planos de manejo em áreas protegidas de uso indireto.** Brasília: IBAMA, 1994. Mimeografado. 52p.

CAVALCANTE, O. P. **A polêmica em torno do conceito de reservas extrativistas enquanto atividade econômica sustentável.** Trabalho de Graduação (Bacharelado em Economia) - Departamento de Economia da Universidade Federal do Acre. Rio Branco, 1993.

COSTA, S. M. **Caracterização Ambiental da Reserva Extrativista Chico Mendes (Acre-Brasil): subsídios ao plano de manejo.** Tese pós-graduação. Universidade Federal de São Carlos – SP, 2000, 168 p.

CNS. Conselho nacional de seringueiros. **Relatório sócio econômico e cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes.** Rio Branco, Acre 1992.

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **História do Ibama.** <<http://www.ibama.gov.br/institucional/historico/>>. Acesso em: 1 out. 2012.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes.** Xapuri – Acre, 2006. Disponível em: http://observatorio.wwf.org.br/site_media/upload/gestao/planoManejo/Plano_de_Manejo_da_RESEX_Chico_Mendes.pdf> Acesso em: setembro de 2012.

IBGE. **Diagnóstico geoambiental e sócio-econômico: área de influência da BR-364 trecho Porto Velho/Rio Branco.** Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 132 p.

LOUREIRO, C. F. B, et al. **Educação ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação.** 3 ed. Revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Ibama/NEA/Rio de Janeiro, 2008.

MARQUES, A. C.; NUCCI, J. C. Planejamento, gestão e Plano de Manejo em Unidades de Conservação. **Revista Ensaio e Pesquisa.** Vol. 4, nº 4, 2007.

RODRIGUES, E. Para evitar a tragédia dos comuns em Reservas Extrativistas. **Jornal A Tribuna,** Rio Branco, 14. Out. 2012. Disponível em: <<http://www.jornalatribuna.com.br/Mostrar.jsp?id=25540>> Acesso em 07 de outubro de 2012.

RODRIGUES, E. Reservas Extrativistas e a tragédia dos recursos comuns. **Jornal A Tribuna,** Rio Branco, 31. Mar. 2012. Disponível em: <<http://www.jornalatribuna.com.br/Mostrar.jsp?id=25171>> Acesso em 07 de outubro de 2012.

RUSSEL A. et al. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Megadiversidade.** Vol. 1, nº 1, Julho 2005.

SOUZA, C. A. A. de. **História do Acre: novos temas, nova abordagem.** Rio Branco, Editor Carlos Alberto Alves de Souza, 2005. 212 p.

SOUZA, G. E. A. B. **Reserva Extrativista Chico Mendes - AC: os desafios da gestão**. Tese de mestrado (Mestrado em Extensão Rural) – Viçosa – MG, 2009.

SEMA, Secretaria de Meio Ambiente do Acre. **Diagnóstico socioeconômico e cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes - plano Resex sustentável**. 2010.

TEIXEIRA, C. Desenvolvimento sustentável em unidades de conservação: a “naturalização” do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 20, nº 59. Outubro 2005.

WEID, N. F. V. D. **Conselhos deliberativos em RESEX/RDS**. Brasília: ICMBio, 2009. 148 p.